

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
COLEGIADO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

ROBSON DOS SANTOS COSTA

**ECONOMIA SOLIDÁRIA:
UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE AS REGIÕES SUL E
NORDESTE DO BRASIL COM BASE NO ATLAS NACIONAL 2013**

**VITÓRIA DA CONQUISTA – BA
2018**

ROBSON DOS SANTOS COSTA

**ECONOMIA SOLIDÁRIA:
UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE AS REGIÕES SUL E
NORDESTE DO BRASIL COM BASE NO ATLAS NACIONAL 2013**

Trabalho monográfico apresentado ao curso de economia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia como requisito para aprovação na disciplina Monografia II e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: José Antonio Gonçalves dos Santos

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

2018

C837e Costa, Robson dos Santos.
Economia solidária: uma análise comparativa entre as regiões Sul e Nordeste do Brasil com base no Atlas Nacional 2013. / Robson dos Santos Costa, 2018. 59f.
Orientador (a): Me. José Antônio Gonçalves dos Santos.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2018.
Inclui referências. F. 57 - 59.
1.Economia solidária - Características. 2. Mapeamento da economia solidária. 3. Movimento e parcerias. I. Santos, José Antônio Gonçalves dos.. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. III. T

ROBSON DOS SANTOS COSTA

**ECONOMIA SOLIDÁRIA:
UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE AS REGIÕES SUL E
NORDESTE DO BRASIL COM BASE NO ATLAS NACIONAL 2013**

Trabalho monográfico apresentado ao curso de economia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia como requisito para aprovação na disciplina Monografia II e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovada em 07/11/2018

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. José Antonio Gonçalves dos Santos
Orientador

Prof^a. Me. Maíra Ferraz de Oliveira Silva
Examinadora

Prof. Me. Marcos Antonio Tavares Soares
Examinador

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

2018

*“Há mais coisas entre o céu e a terra do que
pode imaginar nossa vã filosofia”.*

Willian Shakespeare (1601)

*Para meu pai, por tudo de belo que ele
representa para mim.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela dádiva da vida. E a todos aqueles que me acompanharam nessa jornada, e, seguramente me acompanharão por muito tempo: meu pai Roque, minha mãe Lu, Sônia, Rodolfo, minhas irmãs: Renata e Maianna. Muito obrigado!

A minha noiva, Evellin, pela parceria e incentivo. Muito obrigado!

Aos amigos e colegas do curso pela convivência, parcerias e conversas, lembro de vocês com muito carinho: Tirricha (Euber), Záia (Hélio), João Wilian, Osvaldo, Judeu (Leandro), Léia (Audiléia), Diana, Bruno, Tiago, Diego, Mayane, Aauto, Bruna, Joadelson, Eliane, Ademir, Marcelo, Rautenes, Samara...Muito obrigado!

Aos professores, pelo aprendizado, disponibilidade e por cada aula que me promoveu a sensação que valeu muito a pena cada aprendizado! Muito obrigado!

Agradecimento especial ao professor Gildásio; e José Antônio por se dispor à orientação, pelo incentivo, pelas recomendações, indicações, por me fazer acreditar que tenho condições de fazer este trabalho. Muito obrigado!

RESUMO

Em um contexto de exploração do trabalhador e de crises, como a evidenciada ao final do século XX, percebe-se a incapacidade do Estado e do modelo fordista-taylorista de atender os interesses da maioria da população. Para atenuar os problemas existentes neste cenário de exploração e exclusão, surgem as iniciativas no campo da economia solidária, executadas por meio de políticas públicas para o setor como a criação de cooperativas, associações, grupos informais, entidades de apoio e fomento, entre outras. O estudo teve como objetivo central analisar as características da Economia Solidária e os empreendimentos, especificamente da região Sul e Nordeste disponíveis no Atlas de Economia Solidária e apresentar o ambiente que se constitui essa “outra economia”, bem como o perfil e formas de atuação. O período avaliado entre os anos 2010 e 2013 compreende o resultado do último mapeamento finalizado em 2013. Quanto à metodologia, este estudo baseou-se em pesquisa bibliográfica e descritiva, pautado em revisão de literatura referente aos conceitos e críticas abordados, principais trabalhos (artigos científicos, teses, dissertações) publicados, bem como em dados secundários provenientes do mapeamento supracitado e de outras fontes oficiais. Para o arcabouço teórico principal, utilizou-se os autores França Filho e Laville (2002). A partir da discussão dos conceitos, origem do pensamento e práticas sobre o tema, com enfoque para análise comparativa entre as Regiões Sul e Nordeste, por meio do Atlas é exposta a situação atual do movimento, e as características econômicas dos EES. Diante do cenário apresentado, percebe-se que a economia solidária é considerada uma alternativa à qual recorrem trabalhadores em situação de precariedade econômica e social. Como principal resultado, constatou-se uma predominância de empreendimentos rurais e associados a incentivos governamentais no Nordeste e urbanos no Sul, associados a maior possibilidade de ganho.

Palavras-chave: Economia. Solidariedade. Mapeamento. Movimento e Parcerias.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Dez princípios produzidos pelo MTE (2007).....	18
Quadro 2 - Dimensões da ES pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária.....	20

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Concentração da riqueza mundial, 2000 a 2015.....	17
Gráfico 2 - Evolução dos empreendimentos de economia solidária no Brasil, 1979 2013.....	32

LISTA DE MAPA

Mapa 1 - Distribuição nacional dos EES e sócios por região.....	45
---	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Configuração do terceiro setor no século XXI.....	23
Figura 2 - Mapa conceitual de Economia Solidária.....	35
Figura 3 - Economia Plural.....	38

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADS	Agência de Desenvolvimento Solidário
ANCOSOL	Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito da Economia Familiar e Solidária
ANTEAG	Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas de Autogestão e Participação Acionária
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNAE – ES	Código Nacional de Atividade Econômica, com Subclasses Adicionais
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos
CNES	Conselho Nacional de Economia Solidária
CONCRAB/MST	Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
CUT	Central Única de Trabalhadores
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EAF	Entidade de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária
EES	Empreendimento de Economia Solidária
ES	Economia Solidária
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Educacional
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
ONGS	Organizações Não-Governamentais
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PACS	Projetos Alternativos Comunitários
PIB	Produto Interno Bruto
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SICREDI	Instituição Financeira Cooperativa
UNICAFES	União Nacional das Cooperativas da -Agricultura Familiar e Economia Solidária
UNIMED	Sistema Cooperativista de Trabalho Médico
UNISOL	Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários
UNITRABALHO	Fundação Universitária de Estudos e Pesquisas Sobre o Trabalho

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 A ECONOMIA SOLIDÁRIA E OUTRAS FORMAS DE PRODUÇÃO.....	16
1.1 O QUE É ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	16
1.2 DIFERENCIAÇÃO DE CONCEITOS: PRODUÇÃO PARA O AUTOCONSUMO E PRODUÇÃO SIMPLES DE MERCADORIAS	21
1.3 TERCEIRO SETOR	22
1.4 ECONOMIA INFORMAL.....	24
2 ECONOMIA SOLIDÁRIA: SITUAÇÃO ATUAL.....	25
2.1 A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL	28
2.2 A SECRETARIA NACIONAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	31
2.3 A ECONOMIA SOLIDÁRIA PARA FRANÇA FILHO E LAVILLE	35
2.4 CONTESTAÇÕES À ECONOMIA SOLIDÁRIA: A POSIÇÃO DE WELLEN SOBRE O MOVIMENTO DE ES.....	37
3 MAPEAMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	42
3.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS	44
3.2 ASPECTOS ECONÔMICOS DA REGIÃO SUL	44
3.3 ASPECTOS ECONÔMICOS DA REGIÃO NORDESTE	46
3.4 ANÁLISE COMPARATIVA DAS REGIÕES SUL E NORDESTE.....	48
3.4.1 Os EES no contexto local	50
3.4.2 Os EES em uma visão econômica.....	52
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	57

INTRODUÇÃO

A Economia Solidária (ES) é uma forma de organização produtiva baseada na autogestão, onde não existe distinção entre patrões e empregados, o excedente é redistribuído entre os membros de forma justa. Além das iniciativas em forma de Empreendimentos de Economia Solidária (EES) fazem parte diversas instituições: universidades, por meio de incubadoras e assessoria técnica; a Igreja Católica, por meio de projetos sociais; o governo, através da Secretaria Nacional de Economia Solidária, dentre outros.

O objetivo deste trabalho consiste em compreender a realidade da Economia Solidária no Brasil, a partir do último mapeamento realizado em 2013. Faz-se uma reflexão acerca dos empreendimentos, com base no Atlas de Economia Solidária, a fim de conhecer melhor a realidade e entender a dinâmica de seu desenvolvimento. Especificamente, procura-se analisar as Regiões Sul e Nordeste.

O Atlas da Economia Solidária é resultado do mapeamento dos empreendimentos que consistem em um “censo” com informações sobre os Empreendimentos de Economia Solidária, realizado pelo Grupo de Pesquisa em Economia Solidária e Cooperativa (Ecosol); e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Vale do Rio dos Sinos e a Secretaria Nacional de Economia Solidária.

A ES se insere como uma forma de subsistência quando nenhuma outra é possível (falta de oferta de emprego), porém, existem aqueles que aderem pela causa social, por vontade própria, não apenas pela necessidade. É uma alternativa de trabalho e renda com princípios democráticos. Têm valores como a cooperação, autogestão, valorização do ser humano, respeito à natureza, etc. Difere das demais formas de produção não capitalista por se tratar do envolvimento e articulação de diferentes instituições, composta por: entidades representativas, governos, entidades de apoio e fomento e Empreendimentos de Economia Solidária pela reivindicação de direitos aos mais humildes da sociedade.

No Brasil, a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), em 2003, demonstra a força e a organização dos sujeitos envolvidos e do apoio dos governantes à proposta de solidariedade na economia, que tem se fortalecido com as políticas públicas voltadas para essa “forma diferente” de se fazer economia.

Assim compreendida, a ES é organizada a partir do trabalho, e não do capital, com diferentes atividades e tamanhos. Em sua maioria informais, no grupo dos EES, destaca-se a Cooperativa de Mondragón, na Espanha, que movimenta bilhões de dólares.

Diante das concepções apresentadas, percebe-se as características fundamentais da ES. Uma visão mais ampliada da economia permite a evidência que outra forma de reprodução econômico acontece. Essas iniciativas possuem diferentes formatos, desde aquelas que criam seu próprio circuito de produção e consumo, através de cadeias sócio produtivas autônomas e, em outros casos, baseadas em relações sem a presença de dinheiro (não monetizadas), até outras que possuem relações mais permanentes com o mercado e desenvolvem diferentes tipos de parcerias como os governos.

O referencial teórico utilizado é baseado nas formulações de França Filho e Laville (2004), cuja base teórica é fundamentada na noção da pluralidade dos princípios econômicos de Karl Polanyi, que trabalha com a noção de vários princípios econômicos sustentando a economia – domesticidade, reciprocidade, redistribuição e mercado. O que perfaz a chamada economia plural. Como fonte secundária de estudo utilizamos a Cartilha produzida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE, 2007), as considerações de Singer (2002), Wellen (2012) e Menezes (2007).

No aspecto metodológico, o trabalho utilizará a revisão de literatura e análise documental comparativa entre as regiões brasileiras Nordeste e Sul, com utilização de dados secundários. A principal referência é o Atlas de Economia Solidária, e seu segundo mapeamento, finalizado em Gaiger *et al* (2014).

Este trabalho é composto de três partes. Na primeira, aborda-se a Economia Solidária e outras formas de produção; no segundo capítulo, trata-se sobre a Economia Solidária e seus conceitos, origem e situação atual; no terceiro capítulo é apresentado o mapeamento e alguns desdobramentos com análise das principais características que diferenciam os EES nas regiões Sul e Nordeste. Dentre os principais resultados, verifica-se uma certa similaridade em relação à sustentabilidade dos EES, no âmbito financeiro. A principais diferenças estão na localidade em que esses EES se encontram, com predominância rural para o Nordeste e urbana, no Sul.

1 A ECONOMIA SOLIDÁRIA E OUTRAS FORMAS DE PRODUÇÃO

1.1 O QUE É ECONOMIA SOLIDÁRIA

A atual forma de organização econômica tem como modo de produção predominante o sistema capitalista. O capitalismo trouxe à humanidade uma série de inovações, da máquina a vapor à nanotecnologia, mas o “progresso” no campo humanitário tem muito a melhorar, as estatísticas sobre a pobreza evidenciam que o sistema é benéfico para uma minoria.

Outro elemento inerente ao sistema é a concentração de riqueza, trata-se de uma tendência monopolista. O capitalismo define a ampliação dos lucros e dos ganhos, através da reprodução do capital como o elemento motivador dos capitalistas. Assim, a tônica do sistema é buscar de forma incessante o crescimento do lucro.

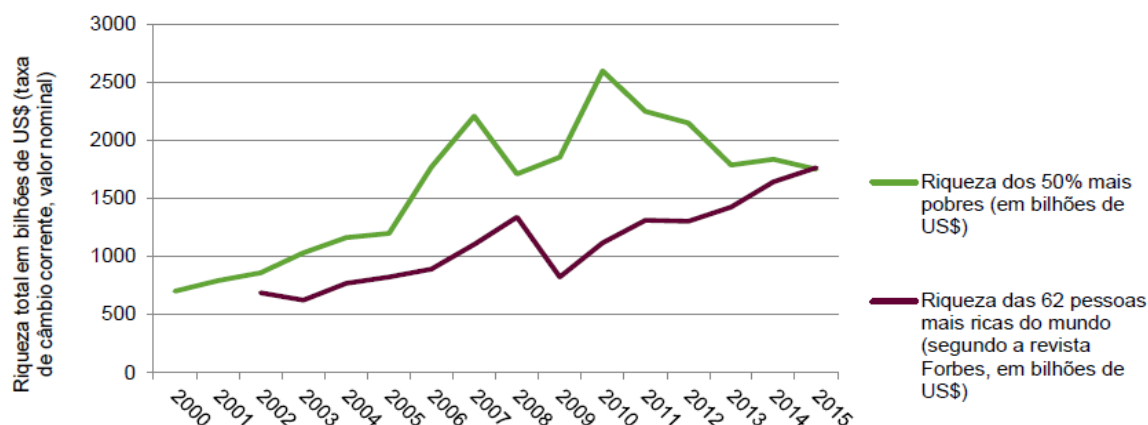
Segundo Singer (2012, p. 7), ao tratar sobre as características desse modo de produção: “O capitalismo se tornou dominante há tanto tempo que tendemos a tomá-lo como natural”. Ainda para o autor, é inserido nesse contexto da competição e valorização dos “melhores” que: [...] “os ganhadores acumulam vantagens e os perdedores acumulam desvantagens nas competições futuras.”

Os economistas ortodoxos compartilham dessa ideia de mercado autorregulado e na qual os mecanismos de oferta e demanda se ajustam por meio dos preços. Diferentemente dessa visão, para França filho e Laville (2002), os sociólogos se opõem a essa concepção que naturaliza o mercado, alertando para uma economia mais ampla, onde as relações podem ser não monetizadas.

A visão de mercado autorregulado não consegue explicar a questão da pobreza no sistema capitalista. A pobreza resulta da má distribuição da produção econômica (MEDEIROS, 2005) que se agrava pela ocorrência de sucessivas crises econômicas à medida que o capitalismo se expande baseada nos conceitos de *homo economicus* e de economia de mercado. (OLIVEIRA, 2017).

Entende-se que com as crises cíclicas no capitalismo as relações de trabalho assumem a forma de valor de troca sob condições precárias. Uma das consequências de tais crises é a expansão do mercado informal de trabalho, estimulando o crescimento do número de EES (empreendimentos com mais de um membro, supra familiares e permanentes) em períodos de recessão econômica. No contexto de atividades econômicas solidárias é assegurado o direito ao trabalho coletivo e independente. O Gráfico 1 ilustra que a desigualdade da distribuição de renda no mundo persiste nos primeiros quinze anos do século XXI.

Gráfico 1 – Concentração da riqueza mundial, 2000 a 2015



Fonte: Oxfam (2016)

O Gráfico 1 demonstra a realidade mundial em relação à questão da distribuição de renda, onde a riqueza concentrada no poder de 62 indivíduos continua a crescer e a população pobre permanece estagnada, sem avanços na condição financeira para manutenção de necessidades básicas da vida, como o acesso à educação, saúde, lazer, etc.

Paralelo a isso, percebe-se uma incapacidade do estado de entregar à população condições decentes de moradia, emprego e renda. A assistência social não tem dado conta de solucionar os inúmeros problemas causados pela falta de estabilidade financeira vivenciados diariamente com a falta do mínimo para garantir uma vida digna pelos menos favorecidos na divisão da riqueza, seja global ou local.

Segundo Oxfam (2016), em 2015 apenas 62 indivíduos possuíam a soma da riqueza da metade de 3,6 bilhões de pessoas pobres no mundo. A riqueza desse conjunto dos mais ricos cresceu 45% no período de 2010 a 2015, o que equivale a um aumento de aproximadamente 550 bilhões de dólares, e a riqueza da metade mais pobre caiu 38%, detendo apenas 1% do aumento total da riqueza global, enquanto metade desse aumento beneficiou a camada mais rica de 1% da população.

Oliveira (2017) confirma a análise dialética de Marx (1997), e com posteriores constatações encontradas em vários estudos de que tanto a desigualdade como a pobreza são duas realidades mundiais decorrentes de mudanças sociais históricas, especialmente a passagem do capitalismo mercantil para o capitalismo industrial, marcada pela Primeira Revolução Industrial no século XVII. Esse movimento contribuiu para o aumento do número de populações pobres e dos índices de desigualdade entre as classes sociais, criando um ambiente caracterizado por incertezas, oportunismo, desemprego, exclusão social, baixos níveis de escolaridade, entre outros aspectos.

É nesse ambiente que a economia solidária se apresenta com uma proposta de empreendedorismo coletiva e democrática através da produção, distribuição e consumo “mais justos.” Sem patrão ou empregados, todos são donos e gerem coletivamente o produto do trabalho coletivo.

A economia solidária, como o próprio nome propõe, está ancorada na solidariedade, reciprocidade, laços sociais, dádiva, como afirma França Filho e Laville (2004). Porém, alguns teóricos, como Karl Marx “[...] apontavam para a subordinação e funcionalização das formas de produção não capitalistas” (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2007, p. 10). Mais do que uma divisão igualitária da renda, em uma visão mais abrangente, o ser humano precisa de autonomia e sentido em sua vida.

Segundo Cartilha produzida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE, 2007), a economia solidária é norteadora por dez princípios, são eles:

Quadro 1 – Dez princípios produzidos pelo MTE (2007)

Autogestão	Os trabalhadores não estão mais subordinados a um patrão e tomam suas próprias decisões de forma coletiva e participativa.
Democracia	A Economia Solidária age como uma força de transformação estrutural das relações econômicas, democratizando-as, pois, o trabalho não fica mais subordinado ao capital.
Cooperação	Em vez de forçar a competição, convida-se o trabalhador a se unir a trabalhar, empresa a empresa, país a país, acabando com a “guerra sem tréguas” em que todos são inimigos de todos e ganha quem seja mais forte, mais rico e, frequentemente, mais trapaceiro, e corruptor ou corrupto.
Centralidade do ser humano	As pessoas são o mais importante, não o lucro. A finalidade maior da atividade econômica é garantir a satisfação plena de todos e todas.
Valorização da diversidade	Reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino e a valorização da diversidade, sem discriminação de crença, cor ou opção sexual.
Emancipação	A Economia Solidária emancipa, liberta.
Valor	Valorização do saber local, da cultura e da tecnologia popular.
Valorização	Valorização da aprendizagem e da formação permanentes.
Cuidado	Cuidado com o Meio Ambiente e responsabilidade com as gerações futuras. Os empreendimentos solidários, além de se preocuparem com a eficiência econômica e os benefícios materiais que produzem, buscam eficiência social, estabelecendo uma relação harmoniosa com a natureza em função da qualidade de vida, da felicidade das coletividades e do equilíbrio dos ecossistemas. O desenvolvimento ecologicamente sustentável, socialmente justo e economicamente dinâmico, estimula a criação de elos entre os que produzem, os que financiam a produção, os que comercializam os produtos, e os que consomem (cadeias produtivas solidárias locais e regionais).

Fonte: MTE (2007, p. 33-34)

Dessa forma, afirma-se que os princípios da autogestão; democracia; cooperação; centralidade do ser humano; valorização da diversidade; do saber local; da aprendizagem; emancipação e justiça social articulados com a perspectiva mais ampla, nacional e internacional fundam as bases da economia solidária.

Percebe-se um modelo cuja essência é pautada pela justiça e equilíbrio. Os valores da ES diferem do modelo tradicional, marcado, sobretudo, pela competição. Considerada modo de produção por Singer (2002), projeto social por Wellen (2012) e projeto político para Menezes (2007) as discussões prosseguem com convergências e divergências de opiniões acerca do papel da economia solidária e sua importância no atual cenário econômico e produtivo.

Para Singer (2002, p. 10) os princípios básicos são a propriedade coletiva associada ao capital e o direito à liberdade individual. França Filho e Laville (2004) compreendem que a sociabilidade consiste em vários princípios econômicos. A produção de bens e serviços é estruturada pela reciprocidade e pela domesticidade, princípios econômicos pautados no vínculo social. Menezes (2007) entende a economia solidária como expressão de uma das manifestações do terceiro setor, pelo seu caráter de responsabilidade social. Já pela definição de Wellen (2012) a finalidade da economia solidária é possuir valor de troca entre produto/cliente.

Amparados no conceito de economia plural de Karl Polanyi, os autores França Filho e Laville (2004) consideram a economia solidária como organização social composta de práticas e experimentações que se distanciam das categorias capitalistas como propriedade privada, lucro e competição.

Entendem que o capitalismo, embora seja predominante, existem outras organizações produtivas tais como produção simples de mercadoria; produção para o autoconsumo; terceiro setor; economia informal e empreendimentos de economia solidária. Assim, propõe a economia solidária como: “[...] formada por empreendimentos auto gerenciados de produção, de crédito, de serviços, de consumo.” (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p.5).

MTE (2007, p.7) conceitua a Economia Solidária como: “[...] atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito-organizadas sob a forma de autogestão. Por sua vez, Mance (2002, p. 23)

Ao considerarmos a colaboração solidária como um trabalho e consumo compartilhados cujo vínculo recíproco entre as pessoas advém, primeiramente, de um sentido moral de co-responsabilidade pelo bem-viver de todos e de cada um em particular [...].

Dentre os pontos convergentes para os autores estão os interesses coletivos sobrepondo as vontades individuais no contexto econômico. Seguindo essa linha, Gaiger (2003): “[...]experiência profissional fundamentada na equidade e na dignidade, na qual ocorre um enriquecimento do ponto de vista do ser humano.” A ideia de justiça social está em todas as fases da produção, comercialização e consumo, distribuindo a riqueza produzida socialmente de maneira justa.

Em um conceito amplo, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária apresenta três dimensões, sendo elas: Econômica; Solidária; Política (Quadro 2). A partir de tais dimensões, entende-se que a economia solidária propõe uma forma diferente de organização, em que a produção, distribuição, acumulação e consumo são organizados sob a forma de autogestão, sem a figura do dono. A solidariedade permeia ação dos participantes e questões como preocupação com o meio ambiente, sustentabilidade, democracia, valorização e promoção da dignidade do trabalho humano.

Quadro 2 - Dimensões da economia solidária

Econômica	é um jeito de fazer a atividade econômica de produção, oferta de serviços, comercialização, finanças ou consumo baseado na democracia e na cooperação, o que chamamos de autogestão: ou seja, na Economia Solidária não existe patrão nem empregados, pois todos os/as integrantes do empreendimento (associação, cooperativa ou grupo) são ao mesmo tempo trabalhadores e donos.
Solidária	que não afetem o meio-ambiente, que não tenham transgênicos e nem beneficiem grandes empresas. Neste aspecto, também simbólico e de valores, estamos falando de mudar o paradigma da competição para o da cooperação de da inteligência coletiva, livre e compartilhada;
Política	é um movimento social, que luta pela mudança da sociedade, por uma forma diferente de desenvolvimento, que não seja baseado nas grandes empresas nem nos latifúndios, com seus proprietários e acionistas, mas sim um desenvolvimento para as pessoas e construída pela população a partir dos valores da solidariedade, da democracia, da cooperação, da preservação ambiental e dos direitos humanos.

Fonte: FBES (2018)

Até o momento, percebemos as características da ES, em uma visão mais macro, sistêmica. Cabe entender suas fronteiras conceituais e do ponto de vista micro: o principal agente que compõe esse modelo de economia estão os Empreendimentos de Economia Solidária (EES). Eles representariam “as empresas” da economia solidária tal qual as firmas são para economia capitalista. Porém, com objetivos distintos.

1.2 DIFERENCIAÇÃO DE CONCEITOS: PRODUÇÃO PARA O AUTOCONSUMO E PRODUÇÃO SIMPLES DE MERCADORIAS

Após a verificação das características da economia solidária, cabe entender: o que diferencia produção para o autoconsumo ou subsistência, produção simples de mercadorias e os EES. As formas de produção com características diferentes dos arranjos produtivos capitalistas são conhecidas como formas de produção não capitalistas. São elas: a produção para o autoconsumo e a produção simples de mercadorias.

A produção para o autoconsumo está associada a um excedente de força de trabalho e a disponibilidade de recursos naturais (SINGER, 2002). Este tipo de produção tem como características a baixa produtividade, pequena escala, pouca qualificação dos fatores de produção, pode haver relação com o mercado, embora a predominância seja para o consumo dos próprios produtores. Configura-se como uma estratégia de “sobrevivência”. Assim, essa forma de produção surge junto com as necessidades de um indivíduo ou grupo familiar para satisfazer sua subsistência.

Sandroni (1999, p.37) afirma que autoconsumo “[...] na atualidade, está ligada às pequenas propriedades agrícolas que abastecem os centros urbanos de cereais, leguminosas [...]”. No Brasil, políticas públicas buscam inserir a economia para o autoconsumo através da agricultura familiar, no mercado, visando potencializar a produção especializada, investir em práticas mais modernas com a criação de associações e cooperativas.

A produção simples de mercadorias é destinada ao mercado, não utiliza trabalho assalariado, não acumula excedente a ponto de reiniciar um novo processo produtivo com bases ampliadas; se o capitalismo entra em crise, tende a crescer, configura-se como uma estratégia de “subsistência”. As atividades principais são bares, oficinas de reparação, jardineiros, engraxates, camelôs, unidades de comércio varejista. (SINGER, 2002, p. 138).

A principal distinção entre a produção para o autoconsumo e a produção simples de mercadoria é a destinação. A primeira é destinada ao consumo próprio e a segunda à comercialização. Por outro lado, convergem no que tange a comercialização, com diferentes graus. Considerados tímidos e pequenos, utilizam o pouco de recursos que dispõem para se ocupar, alimentar e, em uma situação um pouco mais favorável, comercializar.

1.3 TERCEIRO SETOR

O primeiro setor está relacionado ao Estado, que realiza atividades essenciais, como: políticas públicas, segurança, fiscalização, justiça, etc.). O segundo setor são as pessoas jurídicas de direito privado, cujo objetivo é o lucro. O terceiro setor, assim como a economia popular e a economia informal podem ser entendidos como um local entre o Estado e o Mercado, onde existem relações econômicas e sociais:

O termo terceiro setor é herdeiro de uma tradição anglo-saxônica, particularmente impregnada pela ideia de filantropia. Essa abordagem identifica o terceiro setor ao universo das organizações sem fins lucrativos (FRANÇA FILHO, 2002, p.10).

O terceiro setor compreende as organizações sem fins lucrativos, também conhecido como setor voluntário. Geralmente ligado ao contexto norte-americano, onde o estado social é secundário ao mercado. Para França Filho (2004, p.10), no interior desse campo, as organizações apresentam cinco características essenciais: elas são formais, privadas, independentes, não devem distribuir lucros, e devem comportar um certo nível de participação voluntária.

Dentre os tipos de organizações que compõe o terceiro setor, estão: associações civis sem fins lucrativos, entidades filantrópicas, fundações, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e Organização Não Governamental (ONG). Por estar situado entre o mercado e o estado, uma das funções de tais organizações é o suprimento das falhas no atendimento à sociedade, através de ações filantrópicas e de caridade, atuando em setores como saúde educação, lazer, responsabilidade social, meio ambiente.

No Brasil, a participação das organizações do terceiro setor tem início no final do século XIX, e o processo de consolidação das ONG nas décadas de 1960 e 1970 devido às restrições impostas pelos governos militares à política e aos partidos. Mas o crescimento maior aconteceu nas décadas de 1980 e 1990, contribuindo para melhorias sociais.

Entre os destaques estão as que atuavam através das igrejas cristãs, prestando assistência a comunidades que estavam à margem do estado. O ingresso de empresas privadas no terceiro setor, ocorreu por volta de meados da década de 1990, através dos projetos sociais.

Alguns autores da corrente marxista consideram a economia solidária como uma atividade do terceiro setor. Neste sentido, Santana Júnior, (2007, p. 17), relata o seguinte:

Se dentro do terceiro setor as atividades que vem caracterizando a economia solidária têm a positividade de frequentemente atuar à margem da lógica mercantil, parece-me, entretanto, um equívoco grande concebê-la como uma real alternativa transformadora da lógica do capital e de seu mercado, como capaz de minar os mecanismos da unidade produtiva capitalista. Como se, por meio da expansão da economia solidária, inicialmente pela franja do sistema, se pudesse reverter e alterar substancialmente a essência da lógica do sistema produtor de mercadorias e da valorização do capital.

Na Figura 2 é possível perceber de forma ampla aspectos do terceiro setor como a inclusão dos seguintes elementos práticos incorporados sob uma visão institucional: auditoria, gestão de pessoas e voluntariado, *marketing*, lei do voluntariado.

A gestão envolve planejamento, captação de recursos, avaliação de atividades, gestão de pessoas, auditoria e *marketing*. Seu exercício e criação está regulamentado em Lei constitucional e infraconstitucional. Tem como fonte de recursos organizações internacionais e nacionais, recursos próprios, empresas, governo, igreja e indivíduos.

Figura 1 – Configuração do terceiro setor no século XXI



Fonte: Silva (2010)

Destacam-se várias ações e exemplos de como o terceiro setor tem contribuído nesta “lacuna” Estado-Mercado, permitindo uma sociedade menos desigual e mais humana, contribuindo para minimizar as mazelas sociais. Entre os exemplos, estão: no âmbito da saúde, têm influenciado as políticas públicas no combate e controle à AIDS, acesso a medicamentos, ações de prevenção. Em relação à educação: programas de apoio à

alfabetização, e à qualificação para o mercado de trabalho. Na economia: implementação de novos modelos socio produtivos e sistemas alternativos de produção, trabalho e renda, na expansão de serviços de microcrédito voltados para população de baixa renda.

A economia solidária diferencia-se do terceiro setor no que tange à questão do papel do estado e autonomia do trabalhador. Na economia solidária o estado é concebido como agente importante e necessário à coletividade como o todo, realizando suas entregas na saúde, educação, economia, etc. (fato que o terceiro setor, também toma como responsabilidade sua). Para a economia solidária as obrigações legais devem ser cumpridas pelo Estado, inclusive no próprio fortalecimento da economia solidária. Com relação aos trabalhadores, o terceiro setor os vê como um sujeito dependente, enquanto a economia solidária busca sua autonomia, protagonismo e direitos.

1.4 ECONOMIA INFORMAL

A economia informal, como o próprio nome propõe, tem como principal característica a informalidade, são organizações econômicas não registradas pelos órgãos oficiais. Apesar dessa conotação no ambiente econômico, ela possui importância na ocupação das pessoas e redução das desigualdades e mazelas sociais. Para Sandroni (1999, p. 191) a economia informal é:

Parte da economia que abrange pequenas unidades dedicadas à produção ou venda de mercadorias ou à produção de serviços. Sua denominação vem do fato de que a maioria dessas unidades não é constituída de acordo com as leis vigentes, não recolhe impostos, não mantém uma contabilidade de suas atividades, utiliza-se geralmente de mão-de-obra familiar e seus eventuais assalariados não são registrados. Este setor é também denominado de economia subterrânea, clandestina, etc.

Apesar das considerações de uma forma de produção informal, esta pode ser vista como possibilidade de sobrevivência e ocupação, contribuindo para a diminuição de desigualdades. Segundo Santana Júnior (2008, p 142):

Em 1972, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), no relatório sobre Emprego e Renda no Quênia, cria o conceito de setor informal para explicar a existência e persistência das práticas produtivas não tipicamente capitalistas.

O setor informal é uma maneira de inserção na economia quando nenhuma outra parece ser possível. O mercado não é capaz de absorver esse trabalhador e o estado não dispõe de mecanismos de segurança social para ele.

No período do Governo Lula, a partir de 2003, houve aumento dos empregos formais, permitindo através da expansão do Produto Interno Bruto (PIB) e a ampliação dos cargos públicos. Outro fator que contribuiu para isso foi a criação dos microempreendedores individuais, permitindo a legalização de funções informais.

Até então, foram considerados a informalidade na economia tradicional, mas na economia solidária, os indicadores mostram que não é tão diferente. Segundo Gaiger et al (2014) do total de EES mapeado entre 2009 e 2013, aproximadamente 50,4% são informais.

O estudo também aponta uma relação entre a melhora da economia e a diminuição de empreendimentos, bem como o inverso. Assim, cabe reforçar o caráter de “necessidade” para criação desses empreendimentos, tendo em vista que, quando o mercado formal é incapaz de fornecer emprego ou fonte de renda, a opção que se tem é a informalidade.

Verifica-se que a Economia Solidária possui características próprias e é amparada pelos princípios de solidariedade, autogestão e cooperação, trazendo alternativas para as crises e problemas causados pelo sistema capitalista. Com a implementação do conceito básico da ES, a valorização do trabalhador e promoção da sua dignidade mudam o cenário econômico de produção e consumo, trazendo a autogestão como centro da ES. Assim, os empregados não estão mais subordinados aos patrões e as condições precárias de trabalho, passando a tomar suas próprias decisões de maneira participativa.

Caminhando paralelamente aos conceitos sociais da ES, mas com diferenças conceituais de execução, destaca-se o terceiro setor com ideias filantrópicas, e a economia informal, atuando às margens da legalidade e informalidade.

1.5 EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (EES)

Empreendimentos de economia solidária são atividades permanentes com tentativa de sustentabilidade, não restritos à dimensão comunitária; há mobilização de sujeitos institucionais diversos; reivindica direitos e rendas; ataca as problemáticas mais gerais; estratégia de “vida” e não de “sobrevivência”. Para o 1º Plano Nacional brasileiro de Economia Solidária 2015 a 2019:

uma alternativa de geração de trabalho e renda, cujos princípios são autogestão, cooperação e solidariedade na produção de bens e serviços, distribuição, consumo e finanças. (CNES, 2016, p. 3).

As atividades principais são associações de produtores e estão situados na zona rural. Segundo consenso estabelecido pelos realizadores do último mapeamento dos EES, finalizado em 2013, as características são as seguintes:

Empreendimentos coletivos supra familiares, com ao menos dois sócios e de atuação econômica permanente que adotam a forma de associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de troca, etc., cujos participantes realizam coletivamente a gestão das atividades e da alocação dos seus resultados; com ou sem registro legal, prevalecendo a existência real ou a vida regular da organização; realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito e fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário; organizações singulares ou complexas. (GAIGER et al, 2014, p. 21).

Conforme observado, o principal elemento de diferenciação dos EES das demais formas de produção não capitalistas é a articulação, o ativismo político das pessoas e a proposta solidária. Essas considerações são importantes para destacar os EES, embora as demais formas de organização da produção também sejam importantes. Cada uma dentro do seu contexto.

Embora os EES tenham esse caráter permanente, assim como nas empresas capitalistas, o fechamento e abertura são bastante dinâmicos, prova disso é a renovação dos EES identificados no Atlas de Economia solidária com pesquisas realizadas no período de 2005 a 2007 e 2009 a 2013. No último, foram identificados 19.708 EES, dentre eles, menos da metade foram revisitados, em função de deixarem de existir, perderem as características, etc. De maneira análoga, as taxas de sobrevivência das empresas capitalistas são semelhantes.

Diante do exposto, afim de elucidar melhor sobre os EES, e os seus tipos de empreendimentos, Gaiger et al (2014, p. 23), segundo o Atlas de Economia Solidária finalizado em 2013, mais da metade são associações, seguidos de grupos informais e cooperativas. Suas atividades desenvolvidas são de produção, consumo ou uso coletivo de bens e serviços e comercialização.

A fim de delimitar ainda mais o escopo dos EES, podemos identificar algumas situações que não caracterizam as EES: o fato de haver funcionários, atividade de camelô,

associação de pais e mestres, cooperativas da área de saúde, ou do ramo financeiro, pela forma de organização da gestão e distribuição dos ganhos.

Em síntese, os aspectos convergentes entre os EES da produção para o autoconsumo e a produção simples de mercadorias é a informalidade, a baixa produtividade, dependência da “maré econômica”, de maneira que se a economia está crescente, essas formas alternativas ao capitalismo perde força e diminui, já se a economia apresenta crise e recua o crescimento, a informalidade cresce, assim como as EES. Dentre as distinções está o caráter permanente, a existência de mais de um membro, presença da autogestão, valorização das pessoas, participação social e política, articulação.

A partir da explanação dos conceitos relacionados à ES e EES, percebeu-se o caráter solidário e sua inserção na economia. Cabe entender as relações entre os agentes que compõe e sua dinâmica no contexto atual.

2 ECONOMIA SOLIDÁRIA: SITUAÇÃO ATUAL

A origem dos fenômenos sociais pode ser comparada à metáfora da nascente do Rio Nilo, que restou constatado por exploradores e geógrafos possuir várias nascentes. Assim são os acontecimentos sociais (LECHAT, 2002, p 04), que surgem de maneira diferente em cada cultura. Outro aspecto a ser observado é a não-linearidade histórica, em que os fatos ocorrem em locais, tempos e de forma diferente em determinada situação. Portanto, o fenômeno é estudado na perspectiva da descontinuidade dos fatos.

Dentro das ciências humanas, tentar encontrar a economia e a solidariedade fazem parte das relações humanas mais remotas. Nas civilizações primitivas, há evidências de um modo de produção diferente dos padrões atuais, em que as ações individuais respeitavam os interesses coletivos. Para (SCHUCH; ARROYO, 2006, p.25), existia um mutualismo igualitário, onde a economia da sobrevivência era baseada na inclusão de todos. Em Santana Júnior (2007, p.45) é possível encontrar a descrição dos antecedentes da ES, também baseadas na cooperação: “[...] organizações de exploração da terra dos babilônicos, a colônia comunal em Ein Guedi, no Mar Morto [...]”.

Embora houvessem formas de organização social desde longas datas, os estudos e a sistematização são de períodos relativamente recentes. Em Singer (2002, p.24), ela teria nascido “[...] pouco depois do capitalismo industrial, como reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos [...]”.

Como explica França e Laville (2004, p. 24) o movimento de ES na França surge no início do século XIX, com um projeto e conceitos de economia a partir da solidariedade. Formado esse pensamento, muitos grupos vão se assumindo e tomando forma de associações, cooperativas, ou organizações mutualistas.

Em um período ainda mais próximo, acentuando o movimento crescente da ES, para Santana Júnior (2008), a crise de emprego e a crise de valores que emergiram a partir dos anos 1970, reforçada pela incapacidade da economia social em resolver esses problemas, está associada à gênese da ES no “velho continente”. Por outro lado, as atividades econômicas dos setores populares, com apoio de programas de geração de renda e combate à pobreza estariam ligados ao ressurgimento no “novo mundo”.

Um fato comum entre os dois ambientes econômicos que estão associados ao surgimento da ES é a instabilidade econômica, o cenário de crise, a incapacidade do mercado de absorver uma mão-de-obra crescente, com reflexos na geração de emprego e renda. Há também aqueles agentes que voluntariamente acreditam no modelo de vida da ES. Nesse

sentido, é fundamental entender o momento histórico vivenciado e saber quais foram os principais pensadores.

A revolução industrial, além de inovações, tem um legado de exploração e descaso com o trabalhador, através das longas horas de trabalho e da alienação da repetição exaustiva da linha de montagem. É nesse cenário que os cooperativistas idealizam um modo de vida diferente:

Os primeiros focos de pensamento da economia solidária surgem no início do século XIX na Europa, com grande ênfase na França, cujos principais pensadores foram Claude Saint Simon (1760-1825), Charles Fourier (1772-1873), Pierre Proudhon (1809-1865), e, na Inglaterra, Robert Owen (1773-1858). Eles elaboraram modelos de sociedade mutualista, cooperativista e solidária, porém não apresentaram uma formação objetiva de como transformar a sociedade da época e, em virtude disso, foram chamados por Karl Marx de socialistas utópicos. (ARROYO; SCHUCH, 2006, p. 25).

Os socialistas teriam sido os primeiros a pensar em um modelo de sociedade com características solidárias. Esse modelo de sociedade chegou a ser concretizado, porém não foi adiante. A importância deles está na influência de algumas iniciativas geradas posteriormente.

Cabe destacar as características diferentes entre a França e Inglaterra nesse movimento: no primeiro, predominou o associativismo e, no segundo, o cooperativismo. Robert Owen, embora fosse proprietário de indústria têxtil, tratava seus empregados de forma humana (diferentemente dos costumes da época), era um militante da justiça social, e entre suas ações está a criação de cooperativas. Dessa forma, Singer descreve:

O raciocínio econômico de Owen era impecável, pois o maior desperdício, em qualquer crise econômica do tipo capitalista (devida à queda da demanda total), é a ociosidade forçada de forma substancial da força de trabalho. Há um efetivo empobrecimento da sociedade, que se concentra nos que foram excluídos da atividade econômica. Portanto, conseguir trabalho para eles é expandir a criação de riqueza, permitindo a rápida recuperação do valor investido. (SINGER, 2002, p.26).

Ele acreditava que a criação de colônias cooperativas deveriam substituir a propriedade privada, caracterizando a formação de uma sociedade comunista. Quando as elites perceberam que se tratava de uma forma de organização social mais robusta, e não apenas uma ideia para reverter problemas pontuais, negaram apoio a Owen. Em meados do século XIX, houveram crescimento significativo de cooperativas, associações e sindicatos, as iniciativas confrontavam o sistema. Alguns trabalhadores se uniram e criaram uma empresa

para concorrer com a que o empregavam, outros assumiram a própria empresa. Entretanto, o movimento patronal não ficou acuado, e como o capital também financia a política, o Estado estava a serviço da classe mais forte. Com o passar do tempo, foi minando a organização sindical, enfraquecendo os trabalhadores.

Dentre as cooperativas, destacou-se a dos Pioneiros Equitativos de Rochdale, do setor têxtil, fundada no Norte da Inglaterra, em 1844, cujos princípios são a base das cooperativas atuais.

1º) que nas decisões a serem tomadas cada membro teria direito a um voto, independente do quanto investiu na cooperativa; 2º) o número de membros da cooperativa era aberto, sendo esse princípio aceito quem desejasse aderir. Por isso este princípio é conhecido como o da “porta aberta”; 3º) sobre o capital emprestado a cooperativa pagaria uma taxa de juros fixa; 4º) as sobras seriam divididas entre os membros em proporção às compras de cada um na cooperativa; 5º) as vendas feitas pela cooperativa seriam feitas sempre à vista; 6º) os produtos vendidos pela cooperativa seriam sempre puros (isto é, não adulterados); 7º) a cooperativa se empenharia na educação cooperativa; 8º) a cooperativa manter-se-ia sempre neutra em questões religiosas e políticas. (SINGER, 2000, p. 40).

Em meio às dificuldades, como a ausência de políticas públicas, a capacidade de organização e ao próprio ciclo de sobrevivência empresarial, muitas sucumbiram em pouco tempo. Ficou o legado de resistência, possibilidades alternativas e convicções políticas, cujos princípios compõem a base da economia solidária atual: autogestão, cooperação, solidariedade, sustentabilidade, dentre outros.

Ainda na França, o ideário da ES sob as formas associativistas e cooperativistas sofre um grande declínio e a população e suas organizações são levadas a seguir as normas do mercado e do estado, passando a desenvolver a sociedade salarial (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p. 24).

Diante do exposto, a ES aparece em função da falta de emprego, um problema presente na maioria dos países europeus, assim como também no Brasil. Especificamente na França, criar empregos é a prioridade. A princípio, isso aparenta ser algo plausível, tendo em vista todos os benefícios do trabalho. Porém, a forma de fazer com que isso aconteça pode ter um custo social elevado.

[...] A redução do custo salarial é decorrente da majoração de certas prestações sociais para a família e de deduções fiscais para os empregadores, e não de uma redução do salário dos empregados. Verdadeiro “presente para os ricos”. (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004, P. 98).

Isso reforça a importância de aspectos relacionados a ES como os serviços de proximidade, serviços não-mercantis e troca simbólica. Tendo em vista que, além do emprego, também é importante atuação na promoção da igualdade social. No contexto capitalista, as empresas direcionam suas ofertas, orientadas, principalmente, pela rentabilidade, cabendo ao estado prezar pela orientação social. Considerando as situações descritas acerca da realidade francesa, cabe entender o papel da ES nesse cenário:

A economia solidária não constitui, todavia, uma nova forma de economia que viria acrescentar-se às formas dominantes de economia, mercantil e não-mercantil. Pela sua existência, ela constitui muito mais uma alternativa de articulação inédita entre economia mercantil, não-mercantil e não-monetária numa conjuntura que se presta a tal, haja vista o papel conferido aos serviços pela *terciarização* das atividades econômicas. O desafio é de acumular as vantagens da economia monetária, fonte de liberdade individual pelo mercado e fator de igualdade pela redistribuição, com aquelas da economia não-monetária que contextualiza as trocas, retirando-as do anonimato. (FRANÇA FILHO E LAVILLE, 2004, p. 107).

Dessa forma, identifica-se a possibilidade de uma relação complementar entre a ES e o capitalismo, aproveitando o que há de benéfico em ambos. Porém, a literatura de cunho Marxista, segue uma linha mais radical e prevê uma ruptura. Apontando para a subserviência da ES (que se ocupa de amenizar os problemas oriundos do sistema e não de enfrentamento e mudanças significativas).

2.1 A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

Para compreender o surgimento da Economia Solidária no Brasil, cabe analisar o contexto histórico internacional e nacional no século XX. Com os choques do petróleo ocorridos em 1974 e 1979 o barril que custava três dólares passa a custar nove (300% de aumento) os países latino-americanos passaram por grave crise econômica, sobretudo o Brasil, cuja dívida externa nos colocou no patamar de maior devedor.

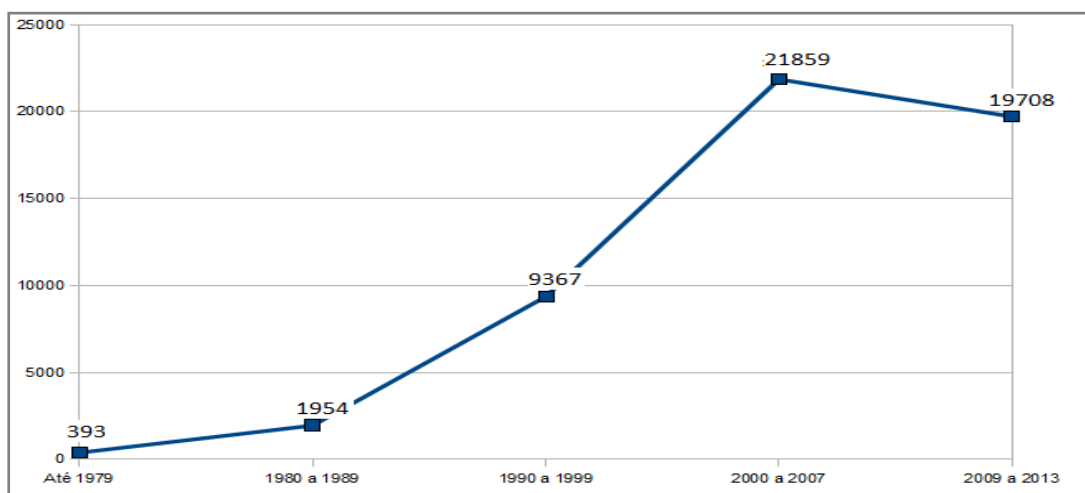
A elevação do preço do petróleo no mercado internacional ocasionou surtos inflacionários em todo o continente, haja vista que ele é uma das principais fontes de energia e matriz de diversos subprodutos “essenciais”. Em 1982, o endividamento insustentável gerou calote da dívida pelos países do “terceiro mundo”. Houve redução das exportações, diminuindo o orçamento público e demanda por trabalho. Nesse cenário:

A década de 1980 é a década do novo liberalismo econômico, na qual se verifica o início de mudanças profundas nas estruturas econômicas de países em desenvolvimento, nos quais os termos economia de mercado, privatizações e investimentos estrangeiros passaram a ser extremamente utilizados. Consta-se também nos anos de 1980 um forte endividamento dos países em desenvolvimento em decorrência das políticas Keynesianas (1945-1975), o que faz o mercado privado de crédito a longo-prazo paralisar suas operações [...]. (ARROYO; SCHUCH, 2006, p. 25).

O período de 1990 foi marcado pela globalização econômica e notável avanço tecnológico, a conexão entre os países se amplia e o capital financeiro se move com maior dinâmica. Porém, os aspectos políticos, econômicos e sociais não melhoram. As desigualdades, falta de emprego e, até mesmo, a fome acompanham a hegemonia neoliberal.

Para Singer (2002, p. 122) as décadas de 1980 e 1990, consideradas décadas perdidas, foram marcadas pela crise social, desindustrialização e desemprego em massa. Isso pode ser verificado na quantidade de EES criadas nesse período:

Gráfico 2 – Evolução dos Empreendimentos de Economia Solidária no Brasil, 1979- 2013



Fonte: MTE (2014)

Paralelo a esse contexto de degradação social, a modernização e a flexibilização produtiva fizeram com que as empresas diminuíssem o quadro de empregados e fossem para mercados onde a organização sindical ainda não fosse tão presente, buscando mão-de-obra mais abundante e barata. Soma-se a isso a terceirização, que acarreta diminuição dos encargos trabalhistas para as empresas e torna o trabalhador mais “vulnerável”.

É nesse ambiente que surge a Economia Solidária no Brasil, uma alternativa para enfrentamento do problema da ocupação e geração de renda para aqueles que o sistema

neoliberal não incluiu entre a população economicamente ativa, cuja opção é se inserir em outros modos de produção não capitalistas. Acerca do surgimento dos EES, é o mais antigo e:

[...] teve início em 1985. Está situado no Nordeste do país, em uma comunidade quilombola, sendo hoje formado por um pequeno grupo informal de mulheres jovens, dedicadas à produção de artigos de artesanato. O segundo EES em atividade, fundado em 1890, também está situado em zona rural do Nordeste, agregando atualmente cerca de cem pessoas, homens e mulheres. Trata-se de uma associação de agricultores familiares que presta serviços a terceiros em atividades de lavoura oferecendo equipamentos como arado e carreta, e auxiliando na roçagem. Anos depois, em 1919, teria sido fundado o terceiro EES mais antigo, uma vez mais no Nordeste e em zona rural: desta feita, uma associação localizada numa colônia de pescadores, com 1250 membros. A associação propicia o consumo e o uso coletivo de bens e serviços, mas atua também na comercialização, em finanças solidárias e na compra de matérias-primas e insumos. (GAIGER, 2014, p. 95)

Essas ações foram provenientes de iniciativas das comunidades, por meio dos seus membros. Há, também, EES criados a partir de apoio “externo”. Atividades de instituições cujo objetivo é reduzir as desigualdades sociais e melhorar as condições de vida dos mais necessitados. As primeiras ações aconteceram por iniciativa da Igreja Católica como descreve Santana Jr. (2008):

Diante dos problemas sociais, da persistência da pobreza e da disputa entre capitalismo e socialismo no cenário mundial, a Igreja Católica foi provocada a se posicionar. Seu posicionamento foi no sentido de intervir na realidade, tentando construir uma terceira via entre os projetos do capitalismo e do socialismo. Nesse sentido, a Igreja atribuía a culpa pela pobreza ao capitalismo industrial, mas condenava com veemência as propostas socialistas (comunistas) (SANTANA JR. 2008, p. 90).

Nesse contexto, ainda nos anos 1980, surge a Cáritas, entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que, através dos Projetos Alternativos Comunitários (PACs) pode contribuir para minimizar as desigualdades, fazendo com que esses projetos fossem de fundamental importância para a geração de trabalho e renda de forma associada nas periferias e comunidades rurais (SINGER, 2002, p.122). Ainda segundo o autor, parte dos PACs passou a ser empreendimentos de economia solidária, com variados perfis, dependentes e autônomos. Em paralelo, acontece em assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). (SINGER, 2002, p. 122).

Além dos PAC, houveram outras atividades que também se constituem EES, como a tomada de empresas falidas. Segundo Singer (2012, p. 123) “Foi uma forma encontrada pelos trabalhadores de se defender da hecatombe industrial”.

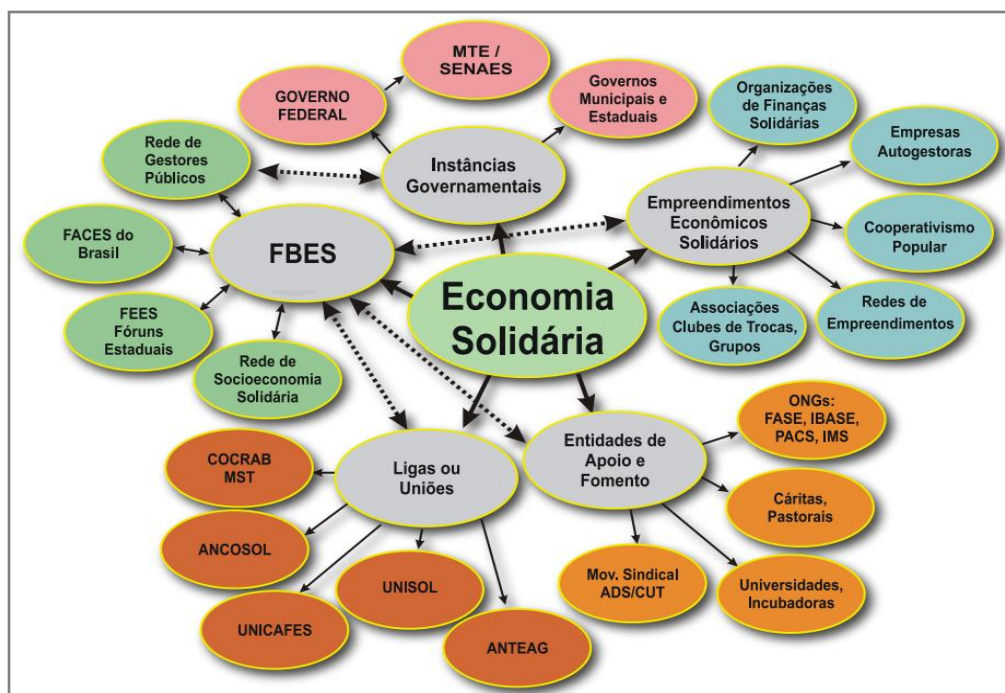
Diante do exposto, percebe-se que os EES podem surgir de duas situações: da criação, incentivo e apoio de instituições, como a igreja, como também de ações voluntárias, diante da necessidade, como no caso de empresas à beira da falência. A essência desses empreendimentos e ações é a melhoria das condições de vida do ser humano. Muitas vezes dependente do apoio de instituições, beirando a dependência. Seguindo essa tendência:

[...] Se inicia uma nova onda de institucionalização das diversas e complexas expressões da economia popular e solidária no Brasil. Surgem entidades de movimentos sociais, entre elas a ADS (Agência de Desenvolvimento Solidário), por iniciativa da CUT (Central Única dos Trabalhadores), como resposta ao desafio de que o formato sindical não dá mais conta do conjunto de relações de trabalho em desenvolvimento, nem da condição da maioria dos trabalhadores do país que não exercem suas atividades com carteira assinada, condição prévia para a vida sindical. Surge a Anteag (Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária), que, a partir de experiências de recuperação de indústrias falidas que foram assumidas pelos trabalhadores, promove projetos alternativos coletivos e/ou comunitários, que são capitalizados por fundos rotativos e ganham competitividade por via da solidariedade. As tradicionais Cáritas (entidade católica) e a Fase (Federação de Órgãos para a Assistência Educacional) incluíram em seus trabalhos nas comunidades o desafio da construção da economia solidária, por meio de programas específicos. (ARROYO; SCHUCH, 2006, p. 35).

Posteriormente, na década de 1990, as universidades também passaram a apoiar o movimento e a ajudar grupos comunitários, entre elas a Fundação Universitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho, bem como outras organizações, redes, associações formais e informais e fóruns, com destaque para a Secretaria Nacional de Economia Solidária, criada em 2003 e o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, criado no mesmo ano.

Para melhor visualização de como está articulada a ES no Brasil e as inter-relações entre as diversas instituições apresenta-se a figura 3, a seguir:

Figura 2 – Mapa conceitual de Economia Solidária



Fonte: SENAES, 2006

A economia solidária encontra-se articulada com entidades de apoio e fomento, ligas ou uniões que promovem feiras e encontro de capacitação, fórum brasileiro de Economia Solidária, Instancias Governamentais e Empreendimentos de Economia Solidária, para a efetivação de formas alternativas de economia com bases em cooperação e solidariedade.

2.2 A SECRETARIA NACIONAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A partir da década de 1990, uma série de iniciativas de economia solidária ganham força. Várias experiências associativas organizadas pelos trabalhadores são criadas neste período. Elas acontecem nas zonas rural e urbana, sob os mais diferentes contextos, seja empresa falida recuperada pelos trabalhadores ou associações de produção e consumo, etc. Estas experiências se aliam aos movimentos populares e ganham notoriedade.

A expressão foi usada no Brasil em 1996 por Paul Singer em um artigo com o título: “Economia solidária contra o desemprego”, considerando a ES como um projeto de governo para a Prefeitura de São Paulo. A partir de então, outros movimentos também utilizaram a expressão.

[...] a construção das práticas de ES no Brasil foi edificada em um campo de articulação social e política, no qual a mobilização social em torno da construção desta nova economia reúne os mais diversos agentes: organizações sindicais, ONGs, acadêmicos de diversas áreas, religiosos, gestores públicos, entre outros. Ademais, esse campo congrega um grupo abrangente de organizações de apoio e de articulação, como as Incubadoras Universitárias tecnológicas de Cooperativas Populares; a Associação Nacional de Trabalhadores em empresas de Autogestão e de Participação Acionária (ANTEAG); a Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONTRAB); a Agência de desenvolvimento Solidário da Central Única dos trabalhadores (ADS-CUT); organizações ligadas à Igreja Católica como a Cáritas Brasileira [...] .(SENAES, 2003, p.13)

A partir da união desses grupos, a ES criou um grupo de trabalho com objetivo de participar do Fórum Social Mundial (FSM), que congregava doze entidades. Posteriormente, com a vitória do governo Lula, e uma maior abertura ao diálogo às organizações populares, o grupo fez uma carta ao Governo Lula. Em janeiro de 2003, foi anunciada a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O nome consensual para ocupar a pasta foi Paul Singer (SENAES, 2003, p.13).

A partir de então, a SENAES formalizou uma série de parcerias e convênios com instituições estratégicas: a exemplo da Fundação Banco do Brasil, permitindo fomentar pequenos EES em todo território nacional; outras parcerias foram a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

Diante do exposto, evidenciamos a SENAES com ações voltadas para o fortalecimento, apoio e desenvolvimento de iniciativas voltadas para ES. Esse apoio acontece, sobretudo, por meio de projetos ligados à melhoria das condições de vida de pessoas com maior vulnerabilidade social. A exemplo do microcrédito destinado à beneficiários de projetos sociais do governo, como o bolsa família. MTE (2010).

Entretanto, a SENAES, encontrou dificuldades em relação as cooperativas fraudulentas, que prestavam serviços para empresas convencionais, sendo criadas com sentido de mitigar direitos trabalhistas por parte do empresariado. Com jornada de trabalho abusivas e ganhos inferiores ao salário mínimo.

Nesse sentido, auditores do Ministério do trabalho acabaram penalizando cooperativas autênticas de ES, causando desconforto com a SENAES. Assim, a SENAES buscou soluções em organismos internacionais, sendo orientada para a criação de leis que inibem tais práticas. Pode-se verificar o desenvolvimento da SENAES nos anos apresentados, tendo em vista a criação desse organismo governamental vinculado ao MTE para atuação na ES. Isso melhora

a articulação dos atores e permite uma melhor visualização da realidade, por meio de estudos e do próprio censo, realizado por meio do Atlas construído por pesquisas no período de 2003 a 2007 e de 2009 a 2013. Bem como financiamento e acompanhamento de projetos voltados para amenizar o sofrimento dos mais necessitados.

2.3 A ECONOMIA SOLIDÁRIA PARA FRANÇA FILHO E LAVILLE

Assim como as demais áreas das Ciências Sociais, a Economia Solidária pode ser vista de diferentes aspectos, tendo como principais nomes no Brasil: Euclides Mance (2002) e Paul Singer (2002). O primeiro, vê como uma perspectiva mais abrangente, em que a economia solidária poderá ser uma nova forma de organização do trabalho, enquanto o segundo, vê como uma alternativa possível ao emprego formal, tendo a cooperativa um exemplo de modelo que pode ser seguido. Além dessas abordagens, Gaiger et al (2014) trata dos empreendimentos de economia solidária, sendo, inclusive, coordenador do grupo de pesquisa que realiza o Atlas do período de estudo de 2009 a 2013.

O entendimento tradicional da economia se concentra entre o Estado e o Mercado, compreendendo o circuito clássico de trocas. Nesse sentido, considera-se a economia como atividades que produzem e distribuem riquezas, por meio de trabalhadores subordinados às regras de mercado. Questiona-se a possibilidade de uma maneira diferente de fazer economia, outra forma de organização produtiva e distributiva. (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p.15).

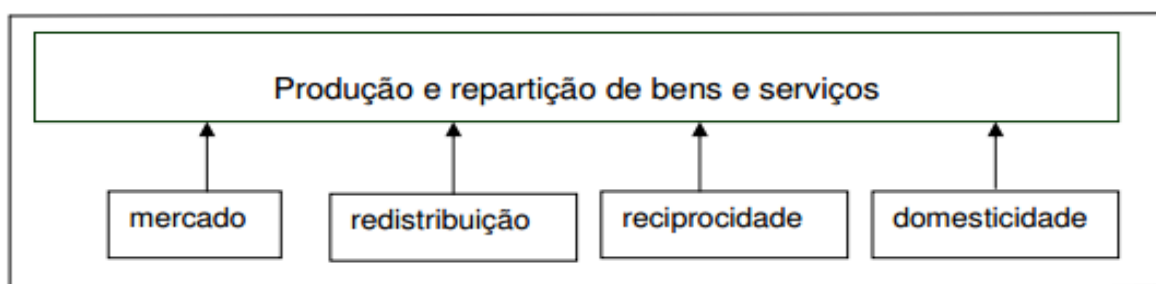
No que tange à questão da justiça social, o capitalismo tem mostrado que a concentração de renda e a exclusão é uma realidade. Acentuada em períodos de crise, a experiência capitalista tem se mostrado ineficiente em relação a distribuição de renda. Porém, existem “focos de resistência”, existem organizações produtivas que são sustentadas por outros princípios e valores, é o caso dos EES. Para além da economia tradicional, é possível:

[...] lançar um olhar sobre a realidade de uma outra economia que se gesta em diferentes partes do mundo a partir de iniciativas, sobretudo de natureza cooperativista e associativista, oriundas da sociedade civil e dos meios populares. Tais iniciativas assumem diferentes configurações, desde aquelas que criam o seu próprio circuito de produção e consumo, alimentando cadeias socioprodutivas autônomas e, em alguns casos, fortemente baseadas em relações não-monetizadas, até outras que empreendem relações mais permanentes com o mercado e desenvolve diferentes tipos de parcerias com os poderes públicos. (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p. 15)

Os exemplos de atividades econômicas diferenciadas do modelo tradicional são inúmeros, e atuam em diferentes setores, entre eles estão: cooperativas, associações, sociedades mercantis e grupos informais, como subgrupo, tem-se: produção, troca, consumo, poupança, crédito ou finanças solidárias, prestação de serviços e comercialização. A relação desse EES acontece não apenas com o mercado, mas percebe-se que de modo mais amplo.

Enquanto a teoria econômica tradicional tem uma abordagem orientadas pelo mercado, caracterizada por reducionismo de visão, visualizamos na figura 5 outros aspectos a serem observados.

Figura 3 – Economia Plural



Fonte: França Filho e Laville (2004 *apud* SANTANA JR, 2007, p. 24)

Os clássicos concentram as análises no mercado, mas no quadro é percebido outras vertentes que também acontecem no ambiente econômico, ao considerar também a questão da redistribuição, reciprocidade e domesticidade. Ainda nesse sentido, Santana Júnior (2007):

Dessa forma, amplia-se a conceituação do econômico, pois visualiza-se a produção e a distribuição de bens e serviços a partir de diferentes princípios em interação. A compreensão da economia constituída de diversos princípios articula a produção e a repartição de bens e serviços a partir de diferentes princípios de interação. A compreensão da economia constituída por diversos princípios articula a produção e a repartição de bens e serviços (fenômeno econômico) com a existência de vários modelos institucionais que estariam vinculados a cada princípio econômico: mercado (troca mercantil), redistribuição (centralidade/ Estado), reciprocidade (simetria/dádiva) e domesticidade (autárquia/dádiva em um grupo fechado). SANTANA JÚNIOR (2007, p. 24)

Segundo os autores França Filho e Laville (2004, p. 17), ao mencionar suas referências para ampliação do horizonte da análise: “[...]duas fontes importantes são K. Polanyi e F. Braudel”. Essas fontes realizam um olhar mais geral sobre a economia, diferentemente dos

autores tradicionais que abordam o tema, dando relevância a aspectos como redistribuição e reciprocidade.

Seguindo esses pressupostos, é feita uma distinção entre o público e o comunitário. A comunidade realiza suas ações dentro do espaço público. E seria uma vocação da Economia Solidária combinar as duas dimensões, uma mais moderna e a outra tradicional. A título de exemplo, no Brasil, existe a Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP), mais conhecida como conjunto Palmas. Os vínculos comunitários resolveram um problema público e mesmo em outras situações em que os EES prevalecem o aspecto econômico, existe a geração de trabalho e renda. (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p. 18)

A Economia Solidária está inserida no aspecto político, como um movimento que interfere no espaço público de forma coletiva e democrática, e resolvendo o problema do grupo, contribuindo com o poder público. Isso acontece de forma diferente no Brasil e na Europa, enquanto no primeiro há uma conotação mais social, o segundo está relacionado à economia popular. A característica comum em ambos é o engajamento e o propósito social, reforçando:

A vocação de tais iniciativas, conforme sugerimos antes, parece ser a de combinar a dimensão pública da primeira com a força dos laços comunitários da segunda, resultando em dinâmicas comunitárias abertas à alteridade, ou que se projetam num espaço público, criando em alguns casos o que poderíamos de espaços públicos de proximidade. (LAVILLE, 1994 *apud* FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p.20)

A economia solidária se desenvolve em função da incapacidade do Estado e do mercado em atender às necessidades das pessoas. Em um contexto de crise, além do aspecto econômico, há também uma crise de valores, onde se questiona formas diferentes de produção, distribuição, acumulação e consumo. A fim de atender aos anseios e interesses da coletividade.

Dentre as características europeias está a sociedade salarial e o Estado-providência. A partir do século XIX, ocorre ampliação das associações, em função da precarização do trabalho, permitindo questionar aspectos sobre trabalho e democracia. A legitimidade da economia de mercado é contrastada com a incapacidade dele de melhorar a vida da maioria. Tentando minimizar as distorções, na Inglaterra existe um movimento de transferência dos mais ricos por meio de ações filantrópicas. Na França, está relacionada à forma de organização, e a solidariedade é constituída a partir dos laços sociais. (FRANÇA FILHO E LAVILLE, 2002, p. 97).

Considerando o cenário europeu do pós-guerra, a partir de 1946, em que houve um período de crescimento acentuado do PIB e ampliação das ofertas de trabalho, a Economia Solidária foi “substituída” por uma economia social institucionalizada, caracterizada pelo assalariamento e com o estado provendo melhorias sociais. Isso evidencia um caráter utilitarista da Economia Solidária, que em períodos de prosperidade econômica “renega” da ES. Isso evidencia o caráter de necessidade da ES, cuja importância se dá, principalmente em períodos de dificuldade econômica, recessão, desemprego. Conforme evidenciado anteriormente como uma estratégia de sobrevivência e não de vida.

A dificuldade de se estabelecer uma ideologia consistente é evidenciada no período de “bonança”, como foi no pós-guerra. Porém, nas décadas de 1980 e 1990, com a instabilidade econômica comprometida (no cenário de transnacionalização financeira e aumento da economia de serviços em detrimento da economia industrial) a solidariedade volta à tona.

Com a crise e, portanto, desequilíbrio Estado-mercado, surgem algumas experiências que podem ser caracterizadas como de Economia Solidária. Para França Filho e Laville (2004, p. 24):

[...] as iniciativas locais de serviços (atuando no campo cultural, ou da guarda de crianças e idosos, da manutenção de bairros, ligadas à qualidade de vida, etc), misturando usuários e gestores de serviços. Os usuários são considerados não como consumidores, mas como cidadãos nestas associações prestando serviços de proximidade.

Em relação à análise da economia na modernidade, segundo à perspectiva clássica, existe uma visão que naturaliza o mercado, enquanto na perspectiva sociológica há uma contestação. Seguindo a linha de abrangência em relação ao mercado, Polanyi (1983 *apud* FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p. 06) aborda acerca dos princípios do comportamento econômico. São eles: a domesticidade, que seria a produção para o autoconsumo para as necessidades do grupo; a reciprocidade, que seria uma relação de simetria entre as pessoas, também pode ser chamado de contra dádiva; a redistribuição, onde o poder central é encarregado de realizar a distribuição; e o mercado, local onde acontecem as trocas.

Diante desse contexto, cabe superar alguns reducionismos impostos pela análise econômica tradicional, afim de ter um olhar ampliado, por meio da utilização da sociologia e antropologia econômica. Vejamos alguns limitadores da visão econômica acerca da economia, que restringe a análise: a) a irredutibilidade da ideia de empresa (como propósito) à empresa mercantil; b) a irredutibilidade da ideia de economia a troca mercantil; c) a irredutibilidade a

ideia de política ao estado, e, a irredutibilidade da ação humana à ação interessada. (FRANÇA FILHO; SANTANA JÚNIOR, 2007, p. 5 e 6).

Dentro da abordagem de França Filho e Laville (2004), que tem como fundamento princípios propostos por K. Polanyi e F. Brauduel, apreende-se as seguintes compreensões: existência de quatro polos de produção e distribuição de riquezas, cuja articulação varia segundo as épocas e aos quais estão associados quatro princípios de comportamento econômico: a economia mercantil, composta pela relação de interesses individuais, redistribuição, realizada pelas ações do estado, a reciprocidade, que seria a dádiva, ações solidárias, e a domesticidade forma de reciprocidade limitada a um grupo fechado.

Dentro de uma visão mais moderna, ainda segundo os autores: apresenta-se três economias: a mercantil: marcada pelo interesse individual, não mercantil: estatal, redistributiva, e a não monetária: reagrupa a economia reciprocitária e doméstica. Caracterizando um mercado híbrido, onde a economia mercantil é apenas mais uma integrante do sistema.

Considera França Filho e Laville (2004, p. 186) sobre cada uma dessas economias, tem-se como exemplos - a mercantil: venda de produtos ou prestação de serviços, a não mercantil: subsídios, acordos junto a instituições públicas governamentais e não governamentais e não monetárias: contribuições voluntária, de dádivas, principalmente, sob a forma de benevolato (dádiva de si mesmo e do seu tempo).

Considerando as abordagens anteriores, cabe entender como o Brasil e a França se portam diante desse contexto, por meio do justo equilíbrio entre essas lógicas. Como equacionar o hibridismo econômico de forma a gerar emprego e renda, sobretudo por meio do associativismo e cooperativismo e ao mesmo tempo minorar os problemas sociais. Assim, tem-se como desafio a criação de oferta e demanda, melhorando as condições de vida sociais por meio dos espaços públicos de proximidade (FRANÇA FILHO E LAVILLE, 2004, p. 188 e 189).

A visão de justiça social na distribuição da riqueza social e economicamente produzida eliminando as desigualdades sociais e valorizando a centralidade do ser humano e a responsabilidade social com as gerações futuras.

2.4 CONTESTAÇÕES À ECONOMIA SOLIDÁRIA: A POSIÇÃO DE WELLEN SOBRE O MOVIMENTO DE ES

Ao abordar sobre a crise do capital, ofensiva ao trabalho e novos padrões de intervenção social, dentre as inúmeras versões sobre as causas das crises, é apresentada a visão neoliberal, que contesta os gastos sociais do Estado, e relaciona a crise a problemas de gestão, e também culpa nos trabalhadores e suas representações de classe.

Para o Wellen (2012, p. 23) “a crise abre uma oportunidade histórica de comprovação desse fato” alertando para irrelevância de questões estruturais. Indo de encontro as afirmações supracitadas, revela-se uma crise sobre o Estado de Bem-Estar Social, tendo como expoente internacional o Francês Pierre Rosanvallon e no Brasil, Bresser Pereira (Wellen, 2012, p.15). Para o primeiro, o cerne do problema está nas relações sociais, que precisa de um novo “contrato”. O segundo, defende a Reforma Gerencial, questionando os “excessivos” gastos sociais e que o papel do Estado é tornar a economia nacional mais competitiva. Acerca das transformações das empresas, no que diz respeito à avanços técnicos e de gestão, o trabalhador é colocado em segundo plano, haja vista o ideário de exploração presente na mentalidade neoliberal.

A crítica inicial trazida por Wellen (2012, p. 11) é a da própria constituição do que seria “Economia Solidária” - considerada como projeto social pelo autor. Contrapondo-se aos teóricos favoráveis à ES, que a abordam como modo de produção. Para sua visão, os teóricos ingleses, precursores da análise econômica, possuíam arcabouço teórico consistente, com viés crítico e uma perspectiva integral da realidade.

Entre as contestações do autor ao estudo da ES, estão: 1) retrocesso a avanços históricos da classe trabalhadora; 2) Precariedade conceitual-teórica; 3) Precariedade analítica; 4) Subordinação ao capitalismo; 5) Precarização do trabalho; 6) Funcional à reestruturação produtiva; 7) Retorno aos aspectos do socialismo utópico; 8) Consensos vazios; 9) Artimanha pós-modernas (WELLEN, 2012).

Seguindo essa linha, Menezes (2007), tece crítica Marxista semelhante, com proposições do tipo: 1) Passadismo idealista e ingênuo de uma esquerda resignada; 2) Esquerda acomodada; 3) Esteira do velho socialismo utópico, 4) Consciência política que levaria a uma revolução indolor, 5) Projeto político de desmobilização do proletariado, 6) Política social coadjuvante do neoliberalismo econômico, 7) “Canto da sereia”, 8) Auto emprego e não assalariamento como manifestações benéficas são persuasões, 9) Anticapitalismo romântico.

Diante do exposto, percebe-se a ES enquanto algo fantasioso, produto de uma tentativa frustrada de melhorias as condições de vida do trabalhador, quando na verdade, prejudica o movimento de resistência “enxugando o gelo”. Assim, a aparência “amigável” não retira a classe trabalhadora da miséria, apenas cria uma outra forma alternativa de exploração.

Acerca da fundamentação teórica da ES, os autores Wellen (2012) e Menezes (2007) deixam claro a necessidade de uma pesquisa com embasamento teórico, que vá além da altivez discursiva e estabeleça a ES como um projeto social, bem como a possibilidade de superação do modo de produção capitalista. Nesse contexto:

[...] o que determina a função social de qualquer objeto de pesquisa não são os discursos proferidos pelos seus representantes, mas as relações de interdependência desse objeto com a totalidade social. Desconsiderar tal atitude serve apenas para promover uma mistificação da realidade e do objeto de pesquisa. (WELLEN 2012, p. 24-25).

Desse modo, para se ter definida a função social trazida pela economia solidária, necessário se faz uma confrontação com o histórico social e suas realidades. Assim, percebe-se que o capital predomina em relação às vontades individuais.

Baseado no cenário apresentado, para o autor marxista, a mudança aconteceria por meio da revolução e tomada do poder pelos trabalhadores. Já os favoráveis à ES acreditam que as iniciativas de cunho solidários iriam ocupando espaços até sobrepor o sistema capitalista e alterar o modo de produção. Wellen (2012) acredita que essa seria uma visão romântica e utópica, tendo em vista a subserviência da ES ao sistema capitalista.

Em Germer (2005), ao realizar uma crítica ao pensamento Marxista, o autor conceitua a ES como a combinação entre políticas emergenciais para os desempregados e pequenos produtores, e; Iniciativas espontâneas surgidas da sociedade. Tudo isso em função de um real projeto alternativo ao capitalismo.

Wellen (2012) centra sua crítica à abordagem de Singer em três categorias: primeiro aspecto colocado é a questão do modo de produção, a cooperativa como um empreendimento típico da sociedade capitalista e a questão da continuidade da luta dos trabalhadores em favor do socialismo, que não estaria reduzida a ES.

Germer (2005) tece os seguintes comentários sobre à utilização da categoria modo de produção feita por Singer (2002): “a noção de uma totalidade em desenvolvimento desaparece” fazendo com que existam modos de produção diferentes. Assim, Singer restringe o conceito de Modo de Produção, limitando a uma categoria. Havendo imprecisão teórica.

Acerca da cooperativa Singer (2002) entende ser um modelo de empreendimento socialista e para Germer (2005), Marx parece ter considerado a característica mais relevante das fábricas cooperativas foi o fato de que elas demonstraram, pela primeira vez, que os próprios trabalhadores podiam assumir o controle de produção. Diante do exposto, o Atlas de Economia Solidária, realizada em 2013, mostra que as cooperativas representam 8,9% dos Empreendimentos de economia Solidária existentes no Brasil. (GAIGER et al 2014)

Por fim, a interpretação sobre o prolongamento das lutas dos trabalhadores pelos socialistas. Para Germer (2005), ao citar a compreensão de Marx, no capitalismo existem duas classes antagônicas. Enquanto Singer, por considerar diferentes modos mistura e confunde a natureza dessa relação.

Pelo apresentado, pode-se concluir que o pensamento formador da ES surgiu em tempos remotos, já com ideário de um mutualismo igualitário, presente em sociedades primitivas, onde a economia, ancorada na sobrevivência se baseava na inclusão e cooperação de todos.

Os socialistas tiveram importante papel, pois seriam os primeiros a pensar um modelo de sociedade solidária. O Século XIX foi marcado pelo crescimento significativo de cooperativas, associações e sindicatos, confrontando o sistema econômico daquela época.

No Brasil, destaca-se a criação da SENAES na década de 2000, voltada para execução de ações de promoção e incentivo às EES.

Dentre os pensadores Marxistas, com proposta contrária aos idealistas da Economia Solidária, como Singer e Gaiger, está Wellen, que defende que a ES é um projeto social e um retrocesso na luta por mudanças mais significativas e estruturais do sistema capitalista.

3 MAPEAMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

3.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS

O primeiro levantamento da Economia Solidária foi realizado no período de 2005-2007, e o segundo, que consiste no objeto do presente estudo, entre 2009-2013. No último mapeamento, diferentemente do anterior, consta também o levantamento amostral com o perfil dos sócios dos empreendimentos de economia solidária. Segundo Gaiger et. al. (2014, p.21) o objetivo da coleta e sistematização dos dados é: identificar e caracterizar a Economia Solidária no Brasil; fortalecer a organização e integrar redes de produção, comercialização e

consumo; promover o comércio justo e o consumo ético; subsidiar a formulação de políticas públicas; dar visibilidade à Economia Solidária, para fins de reconhecimento e apoio público.

O projeto SIES do segundo mapeamento foi executado pelo Grupo de Pesquisa em Economia Solidária e Cooperativa, desenvolvido pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Finalizado em 2013, identificou-se 19.708 EES, menos que o estudo anterior realizado em 2007, cuja quantidade foi de 21.859 EES. Para Gaiger et. al (2014, p. 22), essa diminuição é justificada, em parte, pela não identificação dos EES criados após início do projeto e que não puderam ser inclusos na pesquisa posteriormente em função do orçamento; também alguns empreendimentos do primeiro mapeamento não foram localizados ou perderam as características de EES. A seguir, é apresentado o mapa 1, contendo a distribuição dos EES pelo Brasil, e também a quantidade de sócios e a divisão por gênero:

Mapa 1 – Distribuição nacional dos EES e sócios por Região



Fonte: Gaiger et al. (2014, p. 32)

Conforme pode ser visto, a Região Nordeste se destaca com 41% dos EES, chegando próximo à metade dos EES existente. Possivelmente, pelo fato de ser uma das regiões mais pobres do ponto de vista financeiro. Também tem quantidade expressiva dos sócios/as (37%). A Região Sul, possui 17% dos EES, seguidos da Região Norte (16%), Sudoeste (16%), e Centro-oeste (10%).

A título de comparação, segundo o Serviço de Apoio Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), em 2014 haviam cerca de 9 milhões de micro e pequenas no país, se os EES estivessem inseridos nessa população, representariam apenas 0,21%.

Cabe destacar, que a quantidade de novos empreendimentos é superior aos que foram revisitados. Esse elevado índice de “fracassos” evidencia a dinâmica de finalização e criação dos EES, sendo parecido com as micros e pequenas empresas do sistema capitalista. Segundo pesquisa realizada pelo IBGE (2015) “*mais da metade das empresas fundadas no Brasil fechou as portas após quatro anos de atividade, segundo a pesquisa Demografia das empresas*”.

Apesar desse diagnóstico, a taxa de natalidade parece ser compensatória. Vários fatores podem contribuir para a diminuição dos EES revisitados em relação à pesquisa anterior, além do registro de um número significativo de falências, alguns deles mudaram o perfil (deixaram de ter as características do EES), ou não foram encontrados. Fazendo uma associação, a grosso modo, identificamos os principais motivos para a sobrevivência das micros e pequenas empresas, que, em parte, também podem apontar os problemas encontrados nos EES. O Sebrae-SP (2014), cita como os principais pontos para o crescimento de uma pequena empresa: um bom planejamento antes da abertura, uma boa gestão do negócio após a abertura, políticas governamentais de apoio aos pequenos negócios, evitar que os problemas pessoais prejudiquem o negócio, melhora da situação econômica do país, entre outros.

3.2 ASPECTOS ECONÔMICOS DA REGIÃO SUL

A Região Sul do Brasil é composta por três estados: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Sobre o desenvolvimento dessa região, de acordo com Montibeller Filho e Gargioni (2014, p. 312), existe certa similaridade entre os estados, com destaque para os setores primário e secundário da economia, diferenciada no cenário nacional, desde o início do século XX, com reflexos nos indicadores sociais, como o índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e renda *per capita*.

Ainda segundo os autores, a política de abertura comercial, na década de 1990, aumentou a concorrência dos produtores locais, e indústrias tradicionais são impactadas pelos produtos oriundos de outras nacionalidades. Esses fatores, ocasionaram piora na economia local, alertando para necessidade da inovação e melhorias na competitividade.

No entanto, em 1993, a economia apresenta sinais de melhora. Com crescimento econômico, indústria de transformação se recupera com melhora nos níveis de mão-de-obra. Porém, em 1994, mesmo com a estabilização dos preços e abertura de mercado, não colaboraram com melhora do emprego. Lima et al (2002, p. 02).

Logo após o início do Plano Real, com uma política de subsídios mais agressiva para a Região Sul, houve a atração de novos investimentos, tais como a entrada de montadoras de automóveis e agroindustriais, além da abertura de mercados na Ásia e no Oriente Médio, trazendo melhorias no âmbito econômico geral. O ritmo desses progressos foram diminuindo a partir de 1997, devido às crises internacionais de 1997 e 1998, comprometendo a sustentação das conquistas recentes, com destaque para os bens de consumo e capital. (LIMA *et al*, 2002, p.2).

O período 2000-2018 é marcado pela influência das políticas públicas do governo federal como determinantes na organização produtiva da Região Sul. A exemplo da política de substituição das exportações, por meio da apreciação do câmbio e restrições alfandegárias. (MONTIBELLER FILHO; GARGIONI, 2014, p. 322)

Em princípio, esse modelo propiciou o desenvolvimento local, porém, com a globalização econômica mais acentuada, boa parte das empresas não atentaram segundo a pesquisa e desenvolvimento (P&D), perdendo competitividade e mercado. Ainda para os autores Montibeller Filho e Gargioni (2014, p. 322) “o setor industrial com seus reflexos sobre a agricultura e serviços exerce papel chave no crescimento econômico”.

Nesse contexto, a fim de preservar e ampliar a geração de empregos, verifica-se a necessidade de maiores incentivos à inovação, sobretudo para as empresas de pequeno e médio porte, considerando sua menor capacidade financeira.

Considerando esse contexto, percebe-se o quanto o Estado no âmbito federal tem papel preponderante no fomento e desenvolvimento das mais diferentes regiões, seja no Sul ou Nordeste. Considerando a carga tributária aproximada de 32,4% do PIB em 2014 (GOMES; CRUZ, 2017, p. 106), isso evidencia a parcela financeira do estado em toda economia. Além desse poderio financeiro, o Estado regula as atividades dos agentes econômicos, influenciando suas diretrizes.

Assim como tem sido na política industrial, também acontece na ES, sobretudo na institucionalização de apoios, em função da “precariedade financeira” (principalmente das pequenas empresas), dentre outros fatores.

Conforme exposição, percebe-se de forma breve o processo de desenvolvimento da Região Sul, pós-1990. Depois do Sudeste, é a região mais rica do país, considerando seu PIB.

É nesse cenário que se encontra a Economia Solidária, onde mesmo com fatores positivos ao seu favor - em relação a outras regiões – também convive com o desemprego e problemas sociais dos mais diversos. Isso acontece não apenas na atualidade, mas em décadas

anteriores, já havia a concepção de alternativas para melhoria de vida. No que tange a ES na Região, para Ribeiro (2013 p. 21):

Exemplos históricos como a Colônia de Santa Cecília, inspirada em princípios anarquistas no Paraná, o Falanstério do Saí em Santa Catarina, segundo os princípios de Fourier e as experiências de solidarismo mútuo da colônia russa no Rio Grande do Sul, foram as primeiras experiências no molde do que hoje tratamos por Economia Solidária na região. No entanto, as experiências de produção coletiva, até a década de 1980, eram constituídas de ações isoladas e dispersas, considerando que o número de EES em atuação hoje surgidas antes desta década é de cerca de uma centena apenas.

Ainda segundo os autores, com a crise do emprego formal nos anos de 1990, os EES cresceram significativamente na Região Sul, chegando ao nível mais elevado nos anos 2000 (criação de mais da metade das EES existentes), período em que o Estado passou a promover mais ações voltadas para a área.

3.3 ASPECTOS ECONÔMICOS DA REGIÃO NORDESTE

A Região Nordeste do Brasil foi o primeiro ponto de contato dos colonizadores portugueses, as atividades produtivas iniciais foram com pau-brasil e a cana-de-açúcar. Tendo destaque até meados do século XVIII. Dentro do Nordeste, as atividades econômicas estavam concentradas no litoral, em função dos primeiros povoamentos, disponibilidade de recursos naturais e posição estratégica para escoamento.

Após o século XVIII, o desenvolvimento ficou polarizado na região sudeste, onde, até a atualidade possui melhores indicadores sociais e liderança no PIB. No Nordeste do Brasil, se manteve uma estrutura fundiária ultrapassada e uma ocupação rural, mesmo com o avanço da urbanização em outras regiões.

[...] raízes históricas associadas à estrutura fundiária, à monocultura açucareira e à natureza da inserção regional no espaço econômico nacional definem a especificidade básica do Nordeste: o da região do atraso, dos piores indicadores sociais (taxas de analfabetismo, de mortalidade infantil etc.) e que, a despeito da industrialização e do surgimento de importantes polos de crescimento, sequer resolveu a contento o problema de desenvolver alternativas econômicas no Semi-árido capazes de minorar significativamente os efeitos da adversidade climática. A despeito de todo o benefício da política de industrialização incentivada, a região sempre foi tratada – por elites e governos locais e nacionais – como um caso à parte,

merecedor de prioridade, em vez de ser inserida em um projeto nacional de desenvolvimento. (ARAÚJO *et al*, 1997, p. 33).

A situação no Nordeste começou a mudar pela influência de políticas federais. À partir de 1950, houve uma certa integração nacional, contribuindo para minimizar as discrepâncias econômicas regionais. A criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste e Banco no Nordeste do Brasil permitiram uma maior aproximação das ações do Governo Federal com a localidade. A Região Sudeste saiu na frente no que tange a industrialização, permanecendo concentrada em São Paulo até a década de 1970, quando houve uma interiorização no estado e também Minas Gerais.

Na década de 1990, com a abertura comercial, diminuiu-se o incentivo à indústria nacional, por meio dos juros elevados, produtos estrangeiros se tornaram competitivos em função do câmbio, ocasionando o que foi chamado de desindustrialização. Paralelo a isso, a agropecuária ampliou as fronteiras e se modernizou. O período de 1980 foi marcado pela crise da dívida pública e avanço na globalização econômica nos países “emergentes”. Os Estados endividados passam por uma série de restrições econômicas. Nos anos 2000, o cenário melhorou, mesmo com os juros elevados e limitações orçamentárias por conta das dívidas, houve melhoria na arrecadação e retomada das políticas públicas, sobretudo, as federais. Com controle da inflação e aumento de salários, havendo retomada do crescimento. Além de estímulos ao consumo por meio do crédito e programas do governo federal, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e, segundo Araújo (2013), o Programa Bolsa Família (PBF).

Em 2014, o Nordeste possuía a terceira maior economia do Brasil, depois do Sul e Sudeste. O PIB nominal superior a países como Portugal e Chile. Também a região com melhor aumento real de salário no período no Brasil, mas com PIB *perca pita* inferior as demais regiões, ainda assim, se comparado a outro país, a frente da China.

Fazendo uma síntese dos setores, na agricultura as principais atividades são soja, algodão, arroz, tabaco, caju e cana de açúcar. Em função das estiagens no semiárido, predomina a agricultura de subsistência. Entretanto, houve expansão da fronteira agrícola em uma região do sudeste do Piauí, Oeste da Bahia e Sul do Maranhão, os principais produtos são a soja, arroz milho e algodão.

Na pecuária, o destaque é para Bahia, com maior quantidade de cabeças de gado, havendo certa dificuldade no sertão, devido as grandes secas, mas que também possui criações mais resistentes como caprinos, além de aves, ovinos e suínos. No setor secundário,

está presente em uma concentração maior em regiões metropolitanas, mas também presente em municípios de médio porte.

Trata-se da realidade de uma região relativamente extensa e heterogênea, cujo desenvolvimento depende da combinação de fatores. No que tange à Economia Solidária, consta no Atlas, dentre os EES uma predominância de Associações, geradas principalmente por estímulos de políticas públicas.

3.4 ANÁLISE COMPARATIVA DAS REGIÕES SUL E NORDESTE

3.4.1 Os EES no contexto local

A descrição dos conceitos, diferenças entre EES e outros tipos de organização econômica e críticas foram visualizados nos capítulos anteriores. Permitindo agora, compreender melhor a realidade da economia solidária nos dois contextos brasileiros: Regiões Nordeste e Sul. A diferença entre elas são as mais diversas, desde a extensão territorial e o clima, bem como a proximidade com regiões de grandes centros comerciais. Com relação aos EES e sua inserção regional, não é diferente. O Atlas evidencia as similaridades e contrastes de cada uma. No âmbito econômico, percebeu-se na trajetória de cada região influências dos governos Federal e Estadual no desenvolvimento industrial de ambas, além dos problemas sociais oriundos de períodos de estagnação econômica e inflação.

Em Gaiger (et al 2014), sobre os 19.708 EES identificados no mapeamento, os tipos estão distribuídos da seguinte forma: 60% são associações, 35% são grupos informais, 8,9% são cooperativas e 0,6% empresas mercantis. Na Região Nordeste, em que predomina o espaço rural, tem-se maior percentual nacional de associações (74%). A Região com menor percentual de associações, a Sul (36%), apresenta maior índice de cooperativas (18%).

Verificada a distribuição desses tipos de EES nas Regiões Nordeste e Sul, a compreensão do processo de desenvolvimento histórico contribui para melhor entendimento do estágio atual dos EES. O motivo pelo qual o Nordeste tem destaque nas Associações e o Sul nas cooperativas. França Filho e Laville (2004), ao se referirem à economia popular e solidária na América Latina, fizeram o seguinte recorte sobre o povoamento recente na Região Sul:

No Brasil, mesmo reconhecendo a importância das iniciativas de cooperativismo oriundas das ondas de emigração de populações europeias ao longo dos séculos XIX e XX, que se estabelecem sobretudo no sul do País, o

fenômeno de emergência de uma economia solidária compreende-se principalmente em razão do peso de uma tradição de economia popular na vida de amplas parcelas da população.(FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2014, p. 178).

Os imigrantes europeus dos séculos XIX e XX trouxeram a cultura do cooperativismo, e o fato de se instalarem principalmente no sul, pode, em parte, explicar o motivo de haver um maior percentual de cooperativas, considerando a distribuição no Nordeste e demais regiões do Brasil.

Em Singer (2002), quando ele aborda sobre os socialistas utópicos e as possíveis alternativas para superação do capitalismo, ele vê na cooperativa um modelo a ser seguido. Quase toda sua obra é marcada por esse estudo, como as cooperativas de consumo, crédito, compras e vendas, produção etc. Porém, o Atlas evidencia no Brasil uma predominância de Associações e as cooperativas representam menos de 10% dos EES no Brasil. E mesmo na Região Sul, onde há uma concentração maior de cooperativa em relação ao Brasil, ela representa 18%, enquanto as associações são 38%.

Outra questão tratada por Singer (2002) a cerca de forma de atuação dos EES para superação está a retomada de trabalhadores de empresas falidas, onde, por meio da autogestão e do modelo cooperativista. Porém a representatividade delas é ínfima.

Em relação à presença significativa de EES na forma de associações no Nordeste estão às políticas públicas de incentivo e apoio ao desenvolvimento local, tendo em vista que esse modelo tem uma facilidade maior de acesso a financiamentos e recursos do governo. A partir de 2002, houve um olhar diferenciado para a região, com a criação de novas universidades e programas sociais como o Bolsa Família. Um exemplo de associações criadas por meio do incentivo são aquelas criadas com base na agricultura familiar, que fornecem alimentos para merenda escolar. Isso também demonstra uma certa dependência do Governo, quando iniciativas espontâneas seriam mais interessantes do ponto de vista da autonomia e fortalecimento dessas EES.

Outra abordagem de Gaiger (2014, p 34) expressa no Atlas é a atuação das EES no espaço urbano e rural. Foram identificadas no estudo que 54,8% delas são rurais, 34,8% atuam na área urbana e 10,4% nos dois locais. Seguindo o estudo, as associações estão mais presentes nas áreas rurais, os grupos informais na área urbana e as cooperativas se dividem em ambas; as atividades de consumo e uso coletivo de bens e serviços se concentram bastante no espaço rural (85%). Com relação às distribuições nas regiões Nordeste e Sul, a primeira tem uma quantidade maior na área rural (72%), enquanto na segunda, há um equilíbrio (42%).

Essas considerações também podem evidenciar a presença, no Nordeste e uma população rural superior às do Sul.

Ainda sobre o campo, cabem considerações sobre um movimento atuante nesse meio, como é o caso do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), Singer (2002) enxerga o MST como um aliado no processo de transformação social, contribuindo para aumento da produção, por meio da utilização de áreas improdutivas, pela organização cooperativa e busca de melhoria técnica para ganhos de produtividade. Diferentemente dessa perspectiva, Wellen (2012) não vê como algo capaz de agregar aos EES, tampouco ser um instrumento auxiliar para superação do capitalismo, como descreveu:

[...] Bem diferente da utilização de cooperativas como espaço econômico e político subordinado a uma luta superior, implementada pelo MST, encontra-se o projeto mistificador que fantasia a possibilidade de criar organizações de “economia solidária” para competir economicamente com as empresas capitalistas, vencê-las dentro do mercado capitalista e, dessa forma, superar o modo de produção capitalista. Essa promessa da “economia solidária” não é apenas impossível de ser realizada, como serve para encobrir sérios retrocessos econômicos e ideológicos na história de luta da classe trabalhadora. (WELLEN, 2012, p. 215).

Dessa forma, percebe-se a distribuição dos EES no meio rural das duas regiões, bem como as formas de atuação, como no caso das associações e cooperativas. Além destas tem os grupos informais, com maior presença na Região Sudeste. Em síntese, Gaiger (2014, p. 38) afirma que o surgimento de cada um tipo de EES está associado a questões específicas: grupos informais complemento ou alternativa ao emprego, cooperativa: possibilidade de maiores ganhos e associações: maior possibilidade de acesso a financiamentos e apoios.

3.4.2 Os EES em uma visão econômica

Abordada a questão dos tipos de EES, percebe-se as diferenças nos dois contextos regionais estudados. Tanto no Nordeste quanto no Sul do Brasil, existem várias formas de experiências dentro dos modelos de organização da cooperativa, grupos informais e associações. São atividades econômicas específicas, considerando os ramos de atividade. Em Gaiger (2014, p. 52) verifica-se que no Nordeste predomina a agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, e principalmente em atividades de organização associativas. No Sul, a indústria de transformação e comércio dominam.

Para catalogar as atividades econômicas inerentes às EES, foi realizada uma adaptação do Código Nacional de Atividade Econômica (CNAE), tendo em vista que alguns tipos de

trabalho não possuíam registro dentro da lista. Dentre as quais foram incluídas: a meliponicultura – criação de abelhas nativas, preparação artesanal de embutidos de carne, produção artesanal de bolos, cuca, doceria e confeitos, fabricação de artefatos de biojóia, coleta de materiais recicláveis, feiras solidárias, trocas solidárias, cooperativas de consumo, fundos rotativos de consumo, entre outros.

Para Gaiger (2014, p. 40), na apresentação de dados do Atlas, percebe-se que 88,3% dos EES estão em quatro classificações. No âmbito da totalidade da pesquisa (19.708 EES) a subdivisão contém os seguintes percentuais: 30,6% fazem parte da indústria de transformação, 27% está relacionada a agricultura, pesca e pecuária e, produção florestal, pesca e aquicultura; O comércio representa 17,3%, outras atividades de gestão de resíduos (13,4%); Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (2,9%) e atividades financeiras (1,6%).

Na questão regional, as principais classes no Nordeste são a utilização coletiva de infraestrutura (24,8%), rede de consumidores (5,4%) e cultivo do feijão (4,1%). O Sul, difere do Nordeste por apresentar um percentual elevado de indústrias de transformação e no comércio e baixo percentual em agricultura e correlatos: comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos (8,9%), atividades de apoio à agricultura (3,2%) e produção artesanal de artigos de crochê (3%).

Um outro ponto a ser destacado é a quantidade de membros que recebem assistência. Entre os sócios das EES o Bolsa-Família é o mais presente, em 47% dos empreendimentos, sendo 73% no Nordeste e 16,9% no Sul. Existe significativa diferença entre as regiões evidenciando a dependência do Nordeste de assistencialismo e transferências de renda.

[...] O recebimento desses benefícios é mais frequente em EES com número mais elevado de sócio/as, que apresenta uma média de 80 associados, contra 66 nos demais EES. Depreende-se que os benefícios funcionem como atrativo para ingressar na Economia Solidária ou sirvam de suporte para a permanência dos sócios/as nos EES, nos casos em que a renda auferida seja insuficiente. (SIES/SENAES. MTE 2014).

Isso demonstra a necessidade de políticas públicas permitirem EES mais autônomas no Nordeste, haja vista que os números mostram uma certa dependência dos programas sociais. Pode-se considerar o fato de que, se elas forem assalariadas, perdem o benefício. Então se torna mais interessante do ponto de vista individual, receber o benefício e atuar na EES. Diante disso, o governo deveria estimular a transformação das associações em cooperativas, que possuem maior independência e melhores ganhos.

Sobre a sustentabilidade dos EES, verifica-se a origem dos recursos iniciais, exposto em Geiger (2014, p.42) que 72,8 % dos empreendimentos são iniciados com recursos dos próprios sócios, 22,6% com recursos públicos a fundo perdido, 12,3% doações de organismos internacionais, 10,4% empréstimos e financiamento, 8,1% doações de pessoas físicas ou empresas e 3% não se aplica ou não houve necessidade de recursos.

A maioria dos EES é criada com recursos próprios, o que evidencia certo viés ideológico da crença em iniciativas de caráter solidário pelo fato dos associados investirem seu próprio capital no empreendimento, seja por necessidade, seja espontaneamente.

No tocante ao crédito, 77% não buscaram crédito ou financiamento nos últimos 12 meses anteriores à coleta de dados no mapeamento, considerando todo o EES. Em relação ao primeiro mapeamento, finalizado em 2007 15,8% dos EES conseguiram acesso ao crédito, contra 11% do segundo mapeamento. Podemos constatar que o acesso ao crédito é um desafio para os empreendimentos, tendo em vista que menos de 1/3 obtiveram alguma outra fonte de recursos.

Segundo Gaiger (2014, p. 44), menos de 20% dos empreendimentos participam de alguma rede, o que se constitui um desafio para as EES, tendo em vista que o grau de integração favorece o desenvolvimento. É por essa questão que França filho e Laville (2004, p. 104) ressaltam a importância dos espaços públicos de proximidade e construção conjunta de oferta e demanda. Dessa forma: “A perenidade dos empreendimentos criados é assegurada pela hibridação entre diferentes tipos de recursos: mercantis, não-mercantis e não-monetários.

A questão econômico-financeira é que permite a manutenção da EES em atividade. No mercado tradicional, segundo dados do IBGE (2017, p. 25) menos de 40% das empresas conseguem sobreviver após o quinto ano de abertura. Com o EES não é muito diferente, se considerarmos as empresas revisitadas da pesquisa anterior, no intervalo de quatro anos, mais na metade não existiam mais. Isso evidencia a importância de econômica e financeira da EES para sua permanência no mercado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Economia Solidária tem se mostrado um importante instrumento de mudança na concepção da forma de encarar as organizações produtivas. Possui valores diferentes, tais como: autogestão, valorização do trabalho humano, sustentabilidade, solidariedade, etc. Dentre os componentes desta economia, além dos empreendimentos estão as entidades de apoio e fomento, os governos e as organizações de representação. Estes agentes compõem uma articulação em prol da melhoria de vida de 1.423.631 sócios dos EES, considerando os beneficiários diretos.

O presente estudo buscou apresentar a realidade da Economia Solidária no Brasil, através da principal base de informações recentes sobre os EES - O Atlas de Economia solidária. Foram identificadas as características gerais dos empreendimentos, como a área de atuação, que mostra um aumento dos empreendimentos na área rural e diminuição dos EES presentes entre o rural e urbano, em benefício das rurais. A forma de organização mostrou a expansão das associações e diminuição dos empreendimentos informais, as principais motivações dos sócios - que tem como mais expressiva a complementação e renda; a concentração de cada atividade por região. Enfim, além dessas, muitas outras características foram disponibilizadas.

Realizou-se uma breve diferenciação entre as formas de produção não capitalistas, tais como produção para o autoconsumo/subsistência, produção simples de mercadores e os empreendimentos de economia solidária, concluindo que a diferenciação dos EES em relação às demais está na articulação dos sujeitos e no caráter ideológico presente, constituindo-se, conforme aponta Laville (2002) em uma “estratégia de vida”.

Também conhecemos um pouco mais sobre a Secretaria Nacional da Economia solidária (SENAES) e seu papel importante na institucionalização do “movimento”, ampliando a presença dos planos de governo voltados para o setor.

O trabalho foi conduzido através da convergência dos conceitos sobre o tema e os princípios e valores que norteiam os EES. Posteriormente, realizou-se fundamentação teórica diferente das abordagens tradicionais do mercado, que tratam da competição, preços, etc. Tendo base em França Filho e Laville (2004), e a ideia de espaços públicos de proximidade, a reaproximação da solidariedade e uma redefinição da economia para além do mercado – análise mais ampla de aspectos econômicos – percebemos um “outro lado possível” da economia, empregando outros conceitos: economia não-monetária, dádiva, redistribuição,

reciprocidade. Na sequência foi realizado um confronto de ideias, através da crítica, fundamentada em Wellen (2012).

A economia solidária cumpre seu papel em pensar e praticar outras possibilidades que não seja orientada pela competição desenfreada e pelo desejo de acumulação e lucros constantes, que acabam gerando desigualdades. O sistema atual tem demonstrado pouco expressivo do ponto de vista a quantidade de beneficiários em função da população total, considerando o vasto território nacional, porém, seus benefícios são inegáveis para aqueles que não dispõem de outros meios de trabalho.

Dentre os desafios estão: oferecer benefícios próximos aos da CLT, tornando os EES mais “atrativos” e evitando a migração de mão-de-obra para empreendimentos do mercado capitalista; ampliar a participação efetiva de todos os sócios no grupo na qual participa; combater às “cooperfraudes” – que já vem sendo discutida e trabalhada por meio de legislação específica; profissionalizar a gestão, mantendo os laços ou vínculos que os fizeram começar; consolidação do setor através de redes e cadeias produtivas e enquanto política de Estado, tendo em vista a ameaça de permanência da secretaria em caso de mudança de governo. Outro fator, está relacionado à autonomia, sustentabilidade financeira e melhoria da capacidade técnica, qualificação dos sócios.

Diante do exposto, a ES parece ter um viés utilitarista. Em momento de crise e de diminuição do mercado formal, reaparece, enquanto no momento de prosperidade econômica sai de “moda”. Tanto no Sul, quanto no Nordeste, aqueles que acreditam que a ES vai além de uma ramificação do socialismo utópico, apostam na questão ideológica, que a militância deveria ser uma constante, fortalece o movimento, independente da conjuntura, sendo mais um braço de apoio aos trabalhadores. Entretanto, a literatura marxista aponta para outra via, de contestação e resistência a “paliativos” e “subordinações”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTEAG. Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária (Org.). **Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005 – 2007** São Paulo: Todos os bichos, 2009.

ARAÚJO, T.; SOUZA, A.; LIMA, R. **Nordeste: economia e mercado de trabalho**. Estudos Avançados 11 (29), 1997.

ARAÚJO, T. **Nordeste: desenvolvimento recente e perspectivas**. Rio de Janeiro: BNDES, 2014

ARROIO, J. C. T.; SCHUCH, F. C.. **Economia popular e solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006. Coleção Brasil Urgente.

BARBOSA, R. N. de C. **A Economia solidária como política pública – uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2007.

BBC, British Broadcasting Corporation. Matéria: **1% da população global detém mesma riqueza dos 99% restantes**, diz estudo. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160118_riqueza_estudo_oxfam_fn Acesso 03 set.2017>. Acesso em 30 nov. 2017

CULTI, M. N.; KOYAMA, M. A. H.; TRINDADE, M.. **Economia solidária no Brasil - Tipologia dos Empreendimentos Econômicos Solidários**. São Paulo: Todos os Bichos, 2010.

FBES. FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Economia solidária, militância, princípios e mística da militância (15 de dezembro)**. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=8769&Itemid=62>. Acesso em 10 de janeiro de 2016.

FOLHA DE SÃO PAULO. Metade das empresas fecha as portas no Brasil após quatro anos. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/09/1677729-metade-das-empresas-fecha-as-portas-no-brasil-apos-quatro-anos-diz-ibge.shtml>>. Acesso em: 11 de ago. 2017

FÓRUM Brasileiro de Economia Solidária. **O que é economia solidária**. Disponível em <<https://cirandas.net/fbes/o-que-e-economia-solidaria>>. Acesso: 01 de jan 2017.

FRANÇA FILHO, G. C. de; LAVILLE, Jean-Louis. **Economia solidária uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRG, 2004. Coleção Sociedade e Solidariedade.

_____. **Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular:** traçando fronteiras conceituais. Disponível em: <<https://intranet.dcc.ufba.br/pastas/ondadigital/backupAnexoSite/incluiSim/EconomiaSolidria-FronteirasConceituais.pdf>> Acesso: 05 fev. 2016.

GAIGER, L. I.; KUYVEN, P. S.; OGANDO, C. B. et al. **A economia solidária no Brasil:** uma análise de dados nacionais. São Leopoldo: Oikos, 2014.

GERMER, C.. **A “economia solidária”:** uma crítica com base em Marx. Disponível em <<http://www.unicamp.br/cemarx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT4/gt4m2c5.PDF>> Acesso: 30 jan. 2017.

LECHAT, N. M. P. As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil. In: SEMINÁRIO DE INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE COOPERATIVAS POPULARES, 2, 2002. Disponível em: <<http://www.uff.br/incubadoraecosol/docs/ecosolv1.pdf>>. Acesso em: 02 jan. 2017.

MANCE, E. A. **Redes de colaboração Solidária** – Aspectos econômico-filosóficos: complexidade e libertação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MENEZES, M.T.C.G. de Me.. **Economia Solidária** - Elementos para uma Crítica Marxista. Rio de Janeiro, Gramma, 2007.

MONTIBELLER FILHO, G. GARGIONI, S. L.. **Desenvolvimento da região Sul do Brasil.** Rio de Janeiro: BNDES. 2014

MTE. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **ECONOMIA SOLIDÁRIA: Outra economia acontece!** (Cartilha da campanha Nacional de Mobilização Social). Disponível em: <http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF8080812B59B49C012B5DD948C22F07/impreso3_cartilha_32pg_web.pdf> Acesso: 01 jan. 2016.

_____. **Avanços e desafios para as políticas públicas de economia solidária no Governo Federal 2003/2010.** Secretária Nacional de Economia Solidária. Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: <http://acesso.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3CB58904013CB5F52A404620/Oito%20Anos%20da%20SENAES.%20Avan%C3%A7os%20e%20Desafios%20para%20as%20PP%20de%20Economia%20Solid%C3%A1ria%20no%20Gov.%20Federal%202003_2010.pdf>. Acesso: 07 jan. 2016.

MTE. CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (2015-2019). 1º Plano Nacional de Economia Solidária. Disponível em: <http://www.unisolbrasil.org.br/2015/wp-content/uploads/2015/06/plano_nacional_de_ecosol_12062015_com_capa.pdf> Acesso em: 01 de janeiro de 2016.

ORGANO, C.. **As fronteiras da economia solidária**: uma análise a partir do mapeamento nacional. Disponível em: <<http://sies.ecosol.org.br/images/resultado/artigocho.pdf>> Acesso: 02 fev. 2017.

Oxford Committee for Famine Relief. Artigo. A distância que nos une. <https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/Relatorio_A_distancia_que_nos_une.pdf>. Acesso: 25 out. 2017.

OXFORD COMMITTEE FOR FAMINE RELIEF. **A Economia para o um por cento**, Informe Oxfam 210, Jan.2016. Disponível em <<http://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/Informe%20Oxfam%20210%20-%20A%20Economia%20para%20o%20um%20por%20cento%20-%20Janeiro%202016%20-%20Relato%CC%81rio%20Completo.pdf>>. Acesso: 30 out. 2017.

RIBEIRO, B.. Expansão da economia solidária no Sul do Brasil. **Rev. Des. Regional**, Santa Cruz do Sul, v. 18, n.1, p. 21 – 42, jan/abr 2013.

SANDRONI, P.. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.

SANTANA JÚNIOR, G.. **A economia solidária em face da dinâmica capitalista**: da subordinação a um novo modo de regulação social?. Salvador: ADM/UFBA, 2008. 255 p. (Tese de Doutorado).

SEBRAE. **Participação das micro e pequenas empresas na economia brasileira 2014**.

Disponível em

<<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/Participacao%20das%20micro%20e%20pequenas%20empresas.pdf>> Acesso: 15 nov. 2017.

SIES. Sistema de Informações em Economia Solidária. Apresentação Sies. Disponível em:

<<http://acesso.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3ADC4216013AFAFEB1042C03/APRESENTA%C3%87%C3%83O%20SIES.pdf>>. Acesso: 13 mar. 2016.

CARLOS EDUARDO GUERRA SILVA. Gestão, Legislação e fonte de recursos no terceiro setor brasileiro: uma perspectiva histórica. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122010000600003. Acesso em: 05 de agosto de 2018.

SINGER, P.. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2012.

UFBA. UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Um olhar renovado sobre o desenvolvimento local: uma análise a partir dos aportes da economia solidária e de pesquisa empírica na Bahia. Disponível em: <<http://base.socioeco.org/docs/074.pdf>> Acesso em: 26 de ago. de 2018.

VIEIRA, F.. Críticas, utopias e economia solidária. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 5. Anais. Disponível em <<http://sites.poli.usp.br/p/agosto.neiva/nesol/Publicacoes/V%20Encontro/Artigos/Principios/PR-02.pdf>> Acesso: 30 jan. 2017

WELLEN, H.. **Contribuição à crítica da “economia solidária”**. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/viewFile/4761/4042>>. Acesso: 30 de novembro de 2017

_____. **Para a crítica da economia solidária**. São Paulo: Outras expressões, 2012.